UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ERICK MENDES DE LIMA

ABERTURA COMERCIAL:

Impactos sobre o setor de bens Intermediários do Brasil na década de 1990

Caruaru
2024

ERICK MENDES DE LIMA

ABERTURA COMERCIAL:

Impactos sobre o setor de bens intermediários do Brasil na década de 1990

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: História Econômica Brasileira

Orientador (a): Profº. Dr. Atenágoras Oliveira Duarte

Caruaru
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Lima, Erick Mendes de.
Abertura comercial: impactos sobre o setor de bens Intermediários do Brasil na década de 1990 / Erick Mendes de Lima. - Caruaru, 2024.
71 p. : il., tab.

Orientador(a): Atenágoras Oliveira Duarte
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Ciências Econômicas, 2024.

1. Brasil. 2. comércio exterior. 3. abertura comercial. 4. bens intermediários. I. Duarte, Atenágoras Oliveira. (Orientação). II. Título.

330 CDD (22.ed.)

ERICK MENDES DE LIMA

ABERTURA COMERCIAL:
Impactos sobre o setor de bens Intermediários do Brasil na década de 1990

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade monografia, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: 25/03/2024

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Atenágoras Oliveira Duarte (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Prof. Dr. Glaudionor Gomes Barbosa (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me acompanhar durante toda a minha jornada e me permitir chegar até aqui.

À minha família, por me proporcionar esta conquista e estar sempre presente na minha vida, e à Sara, ao qual seu apoio e companheirismo me motivaram ao longo de todo o processo de realização deste trabalho.

Registro minha gratidão também à UFPE, que propiciou meu desenvolvimento acadêmico e, mais além, enriqueceu minha visão de mundo. Por fim, agradeço ao meu orientador, Atenágoras, pelos seus valiosos ensinamentos e instruções que muito me auxiliaram a melhorar o trabalho em diversos aspectos.

“A liberdade absoluta leva a um verdadeiro massacre dos mais fracos pelos mais fortes”.

Enéas Ferreira Carneiro

RESUMO

O objeto de estudo deste trabalho é o processo de reformas neoliberais realizadas no Brasil a partir de 1990, sobretudo a reforma comercial e seus impactos sobre o desempenho no comércio exterior do setor industrial de bens intermediários ao longo da década. Para compreender em detalhes estes impactos, foi realizada uma revisão literária das principais teorias de comércio internacional e de todo o processo de liberalização econômica. Após isto, foi realizada uma breve descrição da trajetória histórica do setor no país, de 1919 a 1989. Mais adiante foram avaliados os dados referentes ao desempenho deste setor, mostrando que a abertura comercial afetou significativamente o comércio exterior de bens intermediários, na medida em que se elevou a participação das importações em sua pauta comercial, contribuindo para o desequilíbrio da balança comercial na segunda metade da década de 1990. A partir desta análise, chega-se à conclusão de que os objetivos desejados com a reforma comercial não foram alcançados de forma satisfatória pelo setor de bens intermediários no que diz respeito à competitividade, já que seu índice de vantagem comparativa revelada permaneceu praticamente inalterado ao final das reformas. Já com relação à produtividade, o setor apresentou um desempenho mediano, aumentando sua produção, contudo em níveis inferiores ao crescimento do produto.

Palavras-chave: Brasil; comércio exterior; abertura comercial; bens intermediários

ABSTRACT

The object of this study is the process of neoliberal reforms carried out in Brazil from 1990 onwards, especially the trade reform, and its impacts on the foreign trade performance of the intermediate goods industrial sector throughout the decade. In order to understand these impacts in detail, a literature review was carried out of the main theories of international trade and the entire process of economic liberalization. This was followed by a brief description of the historical trajectory of the sector in the country, from 1919 to 1989. The data on the performance of this sector was then evaluated, showing that the opening up of trade significantly affected foreign trade in intermediate goods, in so far as the share of imports in its commercial agenda increased, contributing to the imbalance in the trade balance in the second half of the 1990s. This analysis leads to the conclusion that the desired objectives of the trade reform were not achieved satisfactorily by the intermediate goods sector in terms of competitiveness, since its revealed comparative advantage index remained practically unchanged at the end of the reforms. With regard to productivity, the sector showed an average performance, increasing its production, but at lower levels than the growth in output.

Keywords: Brazil; foreign trade; trade openness; intermediate goods

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice da Taxa de Câmbio Efetiva Real: 1987-98…….. 43

Gráfico 2 – Índice de Termos de Troca do Setor de Bens Intermediários: 1989-2000 (1990 = 100)…….. 55

Gráfico 3 – Participação do Setor de Bens Intermediários nas Exportações Totais: 1989-2000 (US$ milhões)…….…….…....…… 57

Gráfico 4 – Participação do Setor de Bens Intermediários nas Importações Totais: 1989-2000 (US$ milhões)…… 57

Gráfico 5 – Saldo do Comércio Exterior de Bens Intermediários (BI), da Balança Comercial (BC) e do Balanço de Transações Correntes (BTC): 1989-2000 (US$ milhões)…….. 59

Gráfico 6 – Saldo Comercial da Indústria por Categorias de Uso: 1989-2000 (US$ milhões)…….. 60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Trajetória das BT's Nominais e Efetivas (%)……... 39

Tabela 2 – Programas de Privatizações: 1981-2001 (US$ milhões)……. 47

Tabela 3 – Exportações e Importações, Saldo Comercial e Participação do Comércio Exterior no PIB: 1988-99 (US$ bilhões)…….. 49

Tabela 4 – Crescimento % a.a. da Produção de Bens Intermediários: 1967-1980……. 52

Tabela 5 – Bens Intermediários: Índice de *Quantum*, Crescimento da Produção e do PIB: 1989-2000……..…….....…… 53

Tabela 6 – Índices de *Quantum* e Preço das Exportações e Importações do Setor de Bens Intermediários: 1989-2000……. 54

Tabela 7 – Exportações e Importações, Saldo Comercial e Participação no Comércio Exterior do Setor de Bens Intermediários: 1989-2000….. 56

Tabela 8 – IVCR do Setor de Bens Intermediários: 1989-2000……... 60

Tabela 9 – Coeficiente de Penetração da Indústria por Categorias de Uso: 1989-1998 (%)……... 61

Tabela 10 – Coeficiente de Importação da Indústria por Categorias de Uso: 1989-1998 (%)……... 62

Tabela 11 – Coeficiente de Abertura da Indústria por Categorias de Uso: 1989-1998 (%)……. 62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNT's	Barreiras Não-Tarifárias às Importações
BT's	Barreiras Tarifárias às Importações
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOB	Free on Board
Funcex	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
II PND	II Plano Nacional de Desenvolvimento
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISI	Industrialização por Substituição das Importações
IVCR	Índice de Vantagem Comparativa Revelada
Mercosul	Mercado Comum do Sul
PICE	Política Industrial e de Comércio Exterior
PND	Programa Nacional de Desestatização
PSI	Processo de Substituição das Importações
URV	Unidade Real de Valor
WITS	World Integrated Trade Solution

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO……..**	12
2	**REVISÃO DAS PRINCIPAIS TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL……**	15
2.1	Mercantilismo…….	15
2.2	Modelos Clássicos e Neoclássicos……	17
2.2.1	*Teoria das Vantagens Absolutas de Adam Smith……...*	17
2.2.2	*Teoria das Vantagens Comparativas: David Ricardo e John Stuart Mill….*	19
2.2.3	*Modelo Heckscher-Ohlin……...*	22
2.3	Teorias Críticas ao Livre-Comércio……...	25
2.3.1	*Sistema Econômico Nacional de List……..…*	25
2.3.2	*Pensamento Cepalino e a Deterioração dos Termos de Troca de Raúl Prebisch…….…..*	28
2.3.3	*Kaldor e as Exportações como Motor do Crescimento…….…..*	30
2.4	Novas Teorias de Comércio Internacional…….…...	31
3	**ABERTURA DA ECONOMIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DESCRITIVA DAS REFORMAS……...**	35
3.1	Década de 80: Derrocada do PSI e Consenso de Washington…….....	35
3.2	Reformas Neoliberais da Década de 1990…….…..	37
3.2.1	*Reforma Tarifária…….…….*	38
3.2.2	*Desregulamentação Financeira…….…….*	41
3.2.3	*Reforma Monetária: Plano Real e Política Cambial…….……..*	42
3.2.4	*Privatizações……..……*	45
3.2.5	*Desempenho do Comércio Exterior…….……...*	48
4	**ABERTURA COMERCIAL E O SETOR DE BENS INTERMEDIÁRIOS....**	51
4.1	Evolução Histórica do Setor de Bens Intermediários: 1919 – 1989…..……	51
4.2	Comércio Exterior de Bens Intermediários: Evolução Durante a Década de 1990…….……..	52
5	**CONCLUSÕES……**	64
	REFERÊNCIAS……	66

1 INTRODUÇÃO

O neoliberalismo se iniciou com o governo Pinochet no Chile em 1973, chegando aos países desenvolvidos de forma democrática primeiramente no Reino Unido, com Margaret Thatcher, e nos EUA, com Ronald Reagan, entre o fim da década de 1970 e o início da década de 1980. Chegou ao Brasil com a ascensão à presidência de Fernando Collor de Mello em março de 1990. A abertura da economia brasileira foi iniciada com a desregulamentação do fluxo de capitais externos e se estendeu ao campo comercial com a redução e eliminação de diversas barreiras tarifárias e não tarifárias às importações no período.

Por haver sido realizada de modo abrupto, houve uma ruptura com o modelo de desenvolvimento econômico anterior que vigorou no país por ao menos meio século. A lógica anterior baseava-se em incentivos estatais à industrialização brasileira por meio da substituição da pauta de importações por máquinas e equipamentos necessários ao desenvolvimento industrial, impondo altas tarifas e diversas medidas restritivas sobre as importações de bens considerados supérfluos. Entretanto, já na década de 1980 esta lógica experimentava um expressivo esgotamento, uma vez que a dívida externa e a hiperinflação foram problemas que impediram a continuidade desta política.

A liberalização comercial pode ser dividida em duas fases dentro da década de 1990, sendo a primeira uma etapa de modificação na estrutura tarifária, que se estendeu de 1988 até o Plano Real, e a fase pós-Plano Real, onde obteve-se ao mesmo tempo estabilização monetária e valorização cambial, e se estendeu até a crise cambial de 1999 (BRITTO, 2002, p. 19).

Os objetivos desta nova orientação comercial eram, primeiro, forçar os produtores brasileiros a aumentarem sua produtividade através da exposição destes à concorrência externa, para se alcançar o nível médio de produtividade do resto do mundo. Segundo, estabilizar os preços domésticos via aumento da oferta de

produtos importados, e terceiro, integrar a estrutura produtiva do país à mundial (ULHÔA, 2003, p. 23).

Logo, é evidente que uma mudança tão repentina resultou em impactos significativos sobre toda a economia do país, tornando pertinente uma análise mais apurada sobre este processo. O foco da análise serão os impactos da abertura comercial especificamente sobre o setor industrial de bens intermediários. Apesar disto, é importante contextualizar o processo em sua totalidade, isto é, desde os impactos da abertura comercial à desregulamentação financeira.

O modelo de desenvolvimento neoliberal é caracterizado pelo estímulo ao comércio internacional por meio da abertura da economia e da globalização. Logo, esta é uma lógica de desenvolvimento voltada para fora, proporcionando ao país a obtenção de divisas e o aumento da produtividade pela via do comércio exterior.

Por outro lado, um país despreparado para a competição estrangeira está fadado a experimentar desequilíbrios em sua balança comercial pela via das importações, o que pode produzir um efeito contrário ao desejado, uma vez que quando a indústria nacional não consegue suprir sua demanda interna com bens de alta qualidade e a preços competitivos é inevitável que haja preferência aos bens importados, que possuem aquelas características, na medida em que a economia do país encontra-se acessível aos produtos estrangeiros.

Portanto, é esta a discussão que voga no Brasil desde o nascimento de sua indústria, e o comportamento do país com relação a esta questão ganhou bastante notoriedade à época da transição para o modelo neoliberal, isto é, em fins da década de 80 e durante toda a década seguinte, que é o objeto de estudo deste trabalho.

Diante disto, o presente trabalho se propõe a investigar os impactos causados pela mudança de orientação econômica do país, isto é, as reformas de cunho neoliberal, sobre o setor de bens de intermediários. Para que seja realizada esta investigação é imprescindível que haja uma contextualização tanto teórica quanto

histórica a respeito do comércio internacional. Portanto, primeiramente serão descritas as principais teorias de comércio internacional e o processo de reformas neoliberais implantadas no Brasil a partir da década de 1990 para a partir disto haver a avaliação, utilizando indicadores de comércio, dos impactos desta nova orientação econômica sobre o setor de bens intermediários. Por fim serão apresentadas as conclusões obtidas a partir desta avaliação.

Os dados presentes neste trabalho foram retirados de dois bancos de dados: o do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA – banco de dados: www.ipeadata.gov.br), que compila dados econômicos de diversas fontes – e dentre eles foram utilizados dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) e do Fundo Monetário Internacional (FMI); além do World Integrated Trade Solution (WITS) do Banco Mundial. Além disso, todos os cálculos foram realizados a partir destas fontes. Dentre os dados apresentados foi calculado o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR)[1], conforme formulado por Balassa (1965). Além disso, foram calculadas a participação das exportações e importações do setor de bens intermediários no total do país e de seu índice de termos de troca.

O presente trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo-se esta, que trata da introdução e dos objetivos gerais da pesquisa. Na segunda seção, são descritas as principais teorias de comércio internacional – do mercantilismo às teorias recentes de comércio internacional – com o objetivo de buscar maior compreensão quanto aos diferentes modelos de comércio exterior visando o progresso econômico sustentado. Na terceira seção é analisado o processo de reformas neoliberais no Brasil, que compreende as reformas comercial e financeira e as privatizações, além da busca pela estabilização monetária empreendida na primeira metade desta década. Na quarta seção são avaliados com profundidade os principais indicadores de comércio nominais e efetivos do setor de bens intermediários. Na quinta e última seção são apresentadas as conclusões obtidas.

---

1 Representa o desempenho competitivo das exportações de um bem *j* produzido em um país *i* em comparação com o total mundial *w*, sendo calculado através da fórmula IVCR = $\frac{(x_{ij}/x_i)}{(x_{wj}/x_w)}$

2 REVISÃO DAS PRINCIPAIS TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

O estudo do comércio internacional tem como um dos principais objetivos a compreensão dos padrões de comércio como fator importante para o desenvolvimento das nações. Esta seção descreverá a contribuição de teóricos e correntes de pensamento com diferentes modelos que buscam entender as relações entre comércio exterior e desenvolvimento econômico, bem como a evolução dos estudos neste campo, a fim de entender as alterações no perfil comercial brasileiro no contexto de sua abertura econômica.

2.1 Mercantilismo

Surgido no século XVI, a ideia central do mercantilismo é considerar o estoque de metais preciosos como fator primordial para a prosperidade de uma nação, haja vista o caso da Espanha, que possuía à época uma grande quantidade destes oriunda de suas incursões às Américas e experimentava uma prosperidade econômica invejável (HUGON, 1980).

O acúmulo de metais preciosos, de acordo com Coutinho et al. (2005), dar-se-ia por meio de grandes superavits comerciais, através de fortes estímulos do governo à exportação e restrições às importações através da imposição de tributos.

Assim como os fisiocratas acreditavam ser a terra agricultável a única fonte de riqueza, os mercantilistas atribuíam ao dinheiro, isto é, metais preciosos, esta característica. Do mesmo modo, John Stuart Mill afirmou que, na visão mercantilista, a balança comercial positiva, quando o país não dispõe de reservas minerais, era a única forma de se aumentar a riqueza. A importação de mercadorias só era considerada favorável se fosse utilizada para reexportação com uma margem de

lucro ou para aumentar o valor agregado de uma outra mercadoria que, ao ser exportada, cobrisse seu custo de importação (MILL, 1996).

Carvalho e Silva (2017) demonstra a relação entre as classes burguesa e monárquica, em que a burguesia, então classe ascendente no sistema capitalista nascente, tinha interesse no acúmulo de riquezas, enquanto a monarquia, classe tradicionalmente dominante, buscava a manutenção do seu poder político. Os interesses destes dois grupos sociais estavam intimamente ligados, na medida em que a representação máxima do poder era um exército poderoso, o que naturalmente requeria uma vultosa quantidade de recursos, enquanto que a riqueza da burguesia só poderia estar segura com o cumprimento das leis, ou seja, a ordem social, e a proteção contra inimigos estrangeiros, logo, era fundamental para ela a existência de um governo forte.

Uma das críticas a respeito deste modelo é feita por Smith (1904) em sua obra *A Riqueza das Nações* lançada em 1776, em que o controle do governo à importação de metais preciosos é ineficiente quando sua demanda efetiva é maior do que a oferta destes no mercado interno, assim como também é ineficiente do ponto de vista dos comerciantes, uma vez que estes terão maior interesse em exportar seus produtos para obter metais preciosos. Da mesma forma, quando a oferta de metais fosse maior que sua demanda interna, seria mais eficiente exportar seu excedente. Em suma, ele defendia que as leis restritivas ao livre comércio internacional constituíam um obstáculo à eficiência nestes países.

Os efeitos do sistema mercantilista para o mercado doméstico eram a alta dos preços, que afetava fortemente os consumidores, além da redução dos lucros de quem produzia, pois, se por um lado os produtores estavam protegidos da concorrência externa, as barreiras incentivavam a concorrência interna, elevando os custos de produção e, portanto, encarecendo os produtos no país. Em última instância, quem arcava com o ônus desta política eram os proprietários de terra, arrendatários e trabalhadores do país (RICARDO, 1996).

Contudo, para Hugon (1980), as principais contribuições do mercantilismo foram o reforço da concepção de unidade nacional, com o governo dirigindo a exploração dos recursos humanos e materiais do país, em contraposição à noção até então vigente de economia regional descentralizada, além de se configurar como a primeira forma do capitalismo sob a figura do comerciante.

2.2 Modelos Clássicos e Neoclássicos

O liberalismo foi a primeira corrente de pensamento da economia como campo científico, tendo Smith como pioneiro desta escola, apesar dos fisiocratas já haverem elaborado uma análise econômica, inexistindo, contudo, o caráter científico como na obra *A Riqueza das Nações* de Smith. O pensamento liberal foi estendido também ao campo do comércio internacional, primeiramente por Smith e, a partir daí, sendo aprimorado pelos seus sucessores até as recentes teorias da escola neoclássica.

2.2.1 Teoria das Vantagens Absolutas de Adam Smith

Sob a influência dos fisiocratas, destacadamente de Quesnay, além de Hume, e contrapondo-se ao sistema mercantilista, Adam Smith propõe um sistema de livre-comércio abrangente a todo o mundo baseado na teoria das vantagens absolutas dos países.

O alicerce para a teoria de Smith a respeito do comércio internacional, gênese da teoria liberal neste campo, se deu através das críticas ao mercantilismo e ao elogio da divisão do trabalho. Segundo ele, esta divisão, que aumentaria a eficiência do trabalho e, consequentemente, a riqueza de uma nação, dependeria do tamanho

dos mercados em uma proporção positiva, ou seja, mercados com menos restrições comerciais favoreceriam a prosperidade do país (MOREIRA, 2012, p. 214).

Sobre as desvantagens da intervenção do Estado no comércio internacional, Smith afirma:

> Um comércio que é forçado por meio de recompensas e monopólios, pode ser, e geralmente é, desvantajoso para o país a favor do qual se pretende estabelecê-lo, mas aquele comércio que, sem força ou constrangimento, é natural e regularmente realizado entre quaisquer dois lugares, é sempre vantajoso, embora nem sempre igualmente, para ambos (SMITH, 1904, p. 453, tradução nossa).

De acordo com Coutinho et al. (2005), a teoria proposta por Smith defende que um país dispõe de vantagem absoluta sobre outro país na medida em que a produtividade seja maior e a quantidade de matérias-primas utilizadas na produção sejam menores que neste, e que o país deve se especializar exclusivamente no bem que tem vantagem e exportar seu excedente, ao passo que com os lucros auferidos desta transação, importe os produtos de que necessita vindos de países que possuem as respectivas vantagens absolutas.

Este sistema consistia na aplicação da tese da divisão do trabalho no âmbito internacional, ao qual toda a produção global seria aumentada e compartilhada pelos países inseridos no comércio através da especialização. Contudo, é natural supor que alguns países não tivessem vantagem absoluta na produção de nenhum bem, e esta questão foi abordada por Ricardo em sua teoria das vantagens comparativas (BLANCO, 2011).

Em sua obra *Sistema Nacional de Economia Política*, lançada originalmente em 1841, List (1983) aponta que Smith não se aprofunda na distinção entre os diferentes tipos de mercadorias (primitivas ou manufaturadas), assim como não distingue as nações em suas respectivas qualificações a respeito da implementação da indústria em seus territórios, nem tampouco faz distinção entre países com indústria estabelecida e países menos adiantados neste aspecto, onde o livre-comércio certamente impedirá estes últimos de desenvolver sua indústria e, consequentemente, de garantir sua autonomia econômica a menos que adote o

protecionismo, na medida em que um evento corriqueiro como a guerra (e seus eventuais embargos comerciais) afetará mais profundamente a nação mais dependente.

List expõe, apesar disto, seu ponto de vista acerca das contribuições de Smith em que, apesar de sua tese ser incompleta e, especialmente, ser de natureza individualista, isto é, pôr os interesses dos indivíduos acima dos interesses da nação, sua contribuição à ciência econômica é sem dúvidas relevante, ao adotar um método analítico a um campo em que, até então, só existia na prática. Em suma, ele elevou o estudo da economia ao status de ciência (LIST, 1983).

2.2.2 Teoria das Vantagens Comparativas: David Ricardo e John Stuart Mill

A teoria ricardiana parte de uma questão levantada por ele quanto à teoria de Smith, a qual o comércio exterior em países que não possuem vantagem absoluta em nenhum bem é possível por meio das vantagens comparativas e é explicada através de sua teoria do valor-trabalho.

A vantagem comparativa se refere à quantidade de um determinado bem que um país precisa deixar de produzir para produzir outro bem. Estas vantagens se originam das diferenças de produtividade do trabalho derivadas das distinções climáticas e de dotação de fatores entre os países. Logo, os países deveriam se especializar na produção dos bens em que possuem esta vantagem para o mercado interno e exportar o excedente, importando os bens que não produzem internamente, uma vez que o custo seria menor do que se produzissem internamente (COUTINHO ET AL., 2005, p. 103).

Por exemplo, Krugman, Obstfeld e Melitz (2015, p. 22) apontam a vantagem comparativa dos EUA e da Colômbia quanto à produção de camélias e computadores, onde, pelas condições climáticas, de desenvolvimento industrial e produtividade, o *trade-off* para os EUA seria de 10 milhões e 100 mil unidades,

respectivamente, enquanto na Colômbia este custo de oportunidade seria de 10 milhões e 30 mil unidades. Portanto, sob esta hipótese, os EUA teriam uma maior eficiência relativa na produção de computadores do que a Colômbia. Logo, a melhor situação em termos de eficiência aconteceria com os EUA produzindo computadores para os colombianos e estes produzindo camélias para os norte-americanos, na medida em que os custos relativos para a produção dos computadores seriam maiores na Colômbia do que nos EUA em comparação com a produção de camélias.

Outro exemplo é dado pelo próprio Ricardo em sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação*, lançada originalmente em 1817, em que compara a quantidade de trabalho necessário para se produzir tecidos e vinho na Inglaterra e em Portugal:

> A Inglaterra pode estar em tal situação que, necessitando do trabalho de 100 homens por ano para fabricar tecidos, poderia, no entanto, precisar do trabalho de 120 durante o mesmo período, se tentasse produzir vinho. Portanto, a Inglaterra teria interesse em importar vinho, comprando-o mediante a exportação de tecidos. Em Portugal, a produção de vinho pode requerer somente o trabalho de 80 homens por ano, enquanto a fabricação de tecido necessita do emprego de 90 homens durante o mesmo tempo. Será portanto vantajoso para Portugal exportar vinho em troca de tecidos (RICARDO, 1996, p. 98).

Neste caso apontado por Ricardo, percebe-se que Portugal possui vantagem absoluta tanto da produção de vinho (relação de 80/120) quanto na produção de tecidos (relação de 90/100). Sob o modelo de Smith, o comércio entre estes países não existiria, pois os ingleses não têm vantagem absoluta em nenhum dos bens. Contudo, sob o modelo de Ricardo este comércio é possível, na medida em que a comparação entre os custos relativos dos bens é realizada internamente. Logo, a Inglaterra, por necessitar de menos trabalhadores para produzir tecidos com relação a vinho, se especializaria na produção daqueles, enquanto Portugal, tendo necessidade de menos trabalhadores para produzir vinho com relação a tecidos, se especializaria na produção de vinho e haveria, desta forma, intercâmbio entre eles.

Com relação à assertiva realizada acima, Mill (1983, apud COUTINHO ET AL., 2005, p. 103) corroborou com a teoria de Ricardo ao afirmar que um determinado país poderia exportar produtos que produzisse com maior quantidade de trabalho em relação a outro, na medida em que possuiria naturalmente vantagem comparativa maior em determinados bens, surgindo daí a possibilidade de importar os produtos que possuísse menor vantagem para empregar a maior parte de seus recursos nos produtos com maior vantagem comparativa.

Este autor complementou a teoria ricardiana ao incluir a demanda como mais um determinante das relações comerciais além dos custos de produção em termos de mão-de-obra e fatores produtivos. Para ele, conforme mostra Manolescu (1970, p. 7), o fluxo comercial entre os países estaria condicionado à chamada demanda recíproca, em que o comércio seria determinado pelo tamanho da demanda, isto é, pelas importações, que estariam condicionadas pelas exportações, ou seja, a quantidade exportada (oferta) por um país seria equivalente à quantidade importada (demanda) pelo outro, e vice-versa, da mesma forma em que suas importações seriam equivalentes às exportações do outro e vice-versa. Assim, estabelecidas as quantidades ofertadas pelos dois países, seria possível determinar o ponto de equilíbrio entre as exportações e as importações, isto é, o equilíbrio comercial entre ambos.

Partindo destas condições, a distribuição dos ganhos provindos de um aumento de eficiência produtiva em um dos dois países estaria sujeita à elasticidade da demanda por tal produto. Por exemplo, se a elasticidade da demanda por este bem pelo outro país for unitária, os ganhos serão distribuídos de modo uniforme, entretanto, se a demanda for elástica, seu aumento causaria uma redução dos termos de troca e os ganhos ficariam com a nação que elevou a eficiência produtiva. Se, por outro lado, a demanda for inelástica, a vantagem nos termos de troca seria mantida e os ganhos se destinariam para o outro país, uma vez que o país que aumentou sua eficiência produtiva não se beneficiaria dos ganhos deste aumento em termos de demanda pelo seu produto (BRUE, 2006, p. 143-144).

A teoria das vantagens comparativas, porém, resume o comércio exterior a dois países, dois bens e a um único fator de produção (trabalho), sendo os outros fatores constantes com rendimentos constantes de escala, ausência de barreiras comerciais e de mobilidade dos fatores. Em suma, a principal crítica diz respeito a esta série de pressupostos que tornam esta teoria demasiadamente distante da realidade (BLANCO, 2011, p. 105).

Algumas falhas da teoria ricardiana são também apontadas por Krugman, Obstfeld e Melitz (2015), como a excessiva especialização produtiva, previsão de ganhos garantidos com comércio, ausência de análise a respeito da origem das distintas dotações de recursos entre os países que determinam as vantagens, assim como a ausência de explicação acerca das economias de escala como determinante do comércio internacional.

Apesar disto, Brue (2006, p. 116) destaca a significativa contribuição da teoria das vantagens comparativas ao debate acerca do comércio internacional demonstrando a possibilidade de comércio mesmo em países que não possuem vantagens de eficiência na produção de nenhum bem e também mostrando a possibilidade de ganhos mútuos através deste comércio.

2.2.3 Modelo Heckscher-Ohlin

O modelo neoclássico de comércio internacional, que foi proposto inicialmente por Eli Heckscher[2] e mais tarde expandido por Bertil Ohlin[3], partiu do questionamento da simplicidade da teoria das vantagens comparativas acerca dos determinantes do comércio internacional. Diferentemente de Ricardo, que levou em consideração apenas a mão-de-obra como fator produtivo que determinava o

2 O estudo de Eli Heckscher que deu origem ao modelo está em seu artigo *The Effect of Foreign Trade on the Distribution of Income* de 1919.

3 Bertil Ohlin deu continuidade ao estudo de Heckscher e desenvolveu o modelo em seu livro *Interregional and Internacional Trade* de 1933.

comércio, o modelo Heckscher-Ohlin expandiu a análise para dois ou mais fatores produtivos.

O modelo considera como determinante do comércio a abundância dos fatores de produção dos países. Levando em consideração dois tipos de países, aqueles que dispõem de grande abundância de mão-de-obra deveriam especializar-se na produção de bens intensivos neste fator, isto é, que requerem maior quantidade deste fator para serem produzidos, enquanto países com alta disponibilidade de capital deveriam se especializar na produção de mercadorias intensivas em capital. Ademais, a produção destes dois tipos de bens seria direcionada primeiramente ao mercado interno dos respectivos países, sendo o excedente destinado à exportação. Além disso, o comércio deveria ser realizado em sentido oposto ao fator produtivo, ou seja, países abundantes em capital deveriam comercializar apenas com países com abundância de mão-de-obra e vice-versa (CASSANO, 2002, p. 115).

Portanto, como afirma Manolescu (1970, p. 14), a vantagem comparativa de um país se encontra naqueles produtos intensivos no fator de produção abundante em seu território, sendo mais vantajoso a este país exportar o excedente da produção destes produtos e importar o excedente da produção de bens intensivos nos fatores de produção que o país possui escassez relativa.

É importante ressaltar que a abundância dos fatores não diz respeito a quantidades absolutas, mas a proporções. Por exemplo, levando em consideração apenas dois fatores, o fato dos EUA terem uma população muito maior que a do México não quer dizer que sejam intensivos em mão-de-obra, pois esta quantidade deve ser comparada ao seu estoque de capital. Desse modo, tendo os EUA uma proporção muito maior de estoque de capital em relação à mão-de-obra do que o México, isto os torna intensivos em capital, e o México, tendo uma proporção contrária, são intensivos em mão-de-obra (KRUGMAN, OBSTFELD E MELITZ, 2015, p. 75; MOREIRA, 2012, p. 216).

Moreira (2012, p. 215) e Manolescu (1970, p. 15) apontam a rigorosidade da teoria como apoio ao livre-comércio, a qual é necessária a adoção de diversos pressupostos para o funcionamento do modelo, tais como concorrência perfeita nos mercados de bens e fatores de produção, similaridade dos fatores de produção entre os diferentes países, assim como a distinção quanto aos setores produtivos, rendimentos constantes de escala, isto é, variação equivalente da produção e dos insumos utilizados e vice-versa, livre mobilidade dos fatores produtivos entre setores, mas não entre países, de homogeneidade de produtos e fatores entre os países, além da não inclusão dos custos de transporte.

No aspecto empírico, este modelo se mostrou incapaz de explicar o fato, apontado por Leontief (1953), em um estudo conhecido como Paradoxo de Leontief, de os EUA, através da análise de sua matriz insumo-produto desagregada em 200 setores, exportarem menor variedade de bens intensivos em capital do que importarem, resultado que se choca frontalmente com a teoria neoclássica (SILVA E LOURENÇO, 2017, p. 167).

O domínio do modelo Heckscher-Ohlin foi absoluto no campo do comércio internacional no período pós-Primeira Guerra e teve três principais proposições, sendo elas o Teorema da Equalização do Preço dos Fatores[4], onde, sob certas condições, o livre-comércio de bens finais levaria a um ponto de igualdade no preço internacional dos fatores produtivos; o Teorema Stolper-Samuelson[5], onde o aumento do preço relativo de um bem aumenta o retorno do fator intensivamente utilizado em sua produção e reduz o retorno dos outros fatores; e o Teorema de Rybczynski[6], onde o aumento da oferta de um fator, mantendo o preço de todos os fatores constantes, causa um aumento mais que proporcional da produção dos bens

4 Este teorema foi uma contribuição importante de Paul Samuelson e Wolfgang Stolper ao Modelo Heckscher-Ohlin, expandindo a nomenclatura do modelo para Heckscher-Ohlin-Samuelson, e está contido eu seu artigo *Protection and Real Wages*, de 1941.

5 O teorema foi desenvolvido por estes dois economistas também no artigo *Protection and Real Wages*, de 1941.

6 Este teorema está contido em seu livro *Factor Endowment and Relative Commodity Price*, de 1955.

intensivos neste fator, e uma redução da produção dos bens intensivos em outros fatores (JONES E NEARY, 1982, p. 19).

2.3 Teorias Críticas ao Livre-Comércio

A despeito das formulações teóricas clássicas e neoclássicas baseadas no liberalismo, com suas leis assentadas nas relações individuais e relegando ao governo nacional o dever de garantir um ambiente econômico seguro e livre, existe a corrente teórica que coloca o governo como agente central da economia, revestido de poder suficiente para guiar uma nação rumo ao desenvolvimento. Esta corrente de pensamento traz ao campo do comércio internacional este mesmo pressuposto, onde um país possui toda a condição de se desenvolver através, dentre outros fatores, dos benefícios de uma política comercial eficiente.

A gênese do protecionismo no comércio internacional foi a corrente mercantilista, surgido durante a fase mercantil do modo de produção capitalista, em que se cristalizou a concepção de nação. Esta escola, entretanto, não foi dotada de uma formalização científica, sendo Friedrich List o primeiro teórico relevante desta linha de pensamento e que inspirou a escola estruturalista, em especial a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e seu mais célebre teórico, Raúl Prebisch. Além destes, Kaldor foi outro importante economista a relacionar o comércio internacional com o desenvolvimento econômico sob uma visão heterodoxa.

2.3.1 Sistema Econômico Nacional de List

Um dos primeiros teóricos defensores do protecionismo de grande relevância foi Friedrich List, onde em uma época em que o *laissez-faire* de Smith dominava o

campo da economia política, ele trouxe à tona a defesa do protecionismo como forma de proteção à indústria doméstica em seus estágios iniciais diante da concorrência estrangeira. Ele criou um sistema nacional de economia em contraposição ao sistema econômico liberal da escola clássica.

O autor contesta a tese de Smith de que os interesses individuais, quando submetidos a restrições governamentais, quebram a harmonia de interesses afetando a prosperidade da própria nação, na medida em que a busca totalmente livre da maximização do bem-estar individual acarretaria necessariamente na prosperidade nacional. Para List, isto aconteceria apenas se houvesse uma permanente convergência de interesses entre os agentes individual e público, algo que não ocorre na realidade, pois os primeiros buscam aumentar exclusivamente seu bem-estar material, enquanto o segundo busca o desenvolvimento de seus fatores produtivos, logo a prosperidade nacional, para ele, advém do direcionamento, através das políticas governamentais, dos interesses individuais em prol do crescimento da nação (LIST, 1909 [1827], p. 187-213, apud OLIVEIRA, 2022, p. 299).

A base do sistema nacional de List é o conceito de nacionalidade, fator intermediário entre os indivíduos e o mundo como um todo. Na esfera do comércio internacional, atacou a demasiada simplificação da teoria das vantagens absolutas, onde se pressupunha a harmonia universal de todas as nações e, consequentemente, a inexistência de litígios. No campo dos interesses, como já dito, distinguiu a noção de riqueza para o indivíduo e para a nação, onde para aqueles é essencialmente o valor de troca, expressão imediata da prosperidade sob a forma de riqueza material, e para estes são os fatores produtivos, expressão mais duradora da prosperidade sob a forma de capacidade de gerar riqueza material (HUGON, 1980, p. 347-349).

A divergência primordial com a teoria clássica a respeito da noção de riqueza pode ser verificada em sua seguinte assertiva.

> As *causas da riqueza* são algo totalmente diferente da *própria riqueza*. Uma pessoa pode possuir riqueza, isto é, valor intercambiável; se, porém, não possuir a força de produzir objetos de valor superior ao daquilo que consome, tornar-se-á mais pobre. Uma pessoa pode ser pobre; se, porém, possuir a força de produzir uma quantidade maior de artigos de valor do que aquilo que consome, torna-se rica (LIST, 1983, p. 97).

Trazendo esta tese ao nível nacional, um país será próspero se possuir uma elevada capacidade de produzir riqueza, enquanto uma nação será pobre se não a possuir. Portanto, a atuação do governo se dará no sentido de criar e desenvolver esta capacidade a despeito dos interesses individuais imediatistas, que se materializaria através de uma indústria dinâmica, inovadora e diversificada.

Segundo Moreira (2012, p. 219), para se alcançar este estágio de desenvolvimento da indústria e, portanto, de prosperidade nacional, seria necessária forte atuação do governo tanto por meio de incentivos às inovações tecnológicas, fruto do trabalho intelectual, quanto por meio de sua proteção frente a concorrência estrangeira em seus estágios iniciais, por meio de barreiras alfandegárias. Entretanto, a partir do momento em que a indústria atingisse seu ponto de maturidade, isto é, de florescimento na forma de diversificação, competitividade e eficiência, as barreiras se tornariam ineficientes, sendo mais interessante abrir o comércio à concorrência internacional.

Apesar de todo o mérito do autor em sedimentar um sistema tão moderno para seu tempo, visto que muitas de suas ideias foram incorporadas por escolas posteriores, é interessante notar a forma como List se contrapõe à sua própria formulação ao tratar dos países latino-americanos, afirmando que “Os países da América Central e do Sul, incluindo o Texas, são na grande maioria adequados para o cultivo de produtos coloniais. Jamais poderão progredir muito na atividade manufatureira” (List, 1983, p. 286-287). O autor deixa evidente sua tese de que aqueles países não poderão de nenhuma forma progredir na atividade industrial e que, sem esta perspectiva, deveriam se contentar em produzir bens primários e importar bens manufaturados livremente, o que se choca frontalmente com suas

próprias formulações apresentadas anteriormente. A respeito do continente asiático sua posição se mantém:

> Se refletirmos sobre o curso que tal obra de regeneração poderá seguir, o primeiro elemento a impressionar é que a maior parte do oriente está abundantemente dotado pela Natureza para fornecer às nações manufatureiras da Europa grandes quantidades de matérias-primas e artigos de primeira necessidade de todos os tipos, sobretudo para produzir produtos tropicais, abrindo em troca seus mercados ilimitados aos manufaturados europeus. Partindo dessa circunstância, a própria Natureza parece sugerir que essa regeneração – como geralmente acontece com a civilização de povos bárbaros – deva ser feita pela via do livre-cambismo entre produtos agrícolas e bens manufaturados (LIST, 1983, p. 280).

Em suma, apesar das contradições presentes em seu pensamento, a contribuição de List é significativa no campo do comércio internacional na medida em que propõe um sistema dinâmico onde um país poderia emergir do subdesenvolvimento à prosperidade através de inovações tecnológicas e do protecionismo à sua indústria, em oposição ao sistema estático do modelo smithiano então vigentes que não abordava a questão do desenvolvimento como resultado de políticas nacionais.

2.3.2 Pensamento Cepalino e a Deterioração dos Termos de Troca de Raúl Prebisch

O principal objeto de estudo da CEPAL, escola do pensamento econômico que teve como maior expoente o argentino Raúl Prebisch, eram os fatores que contribuíam para a restrição externa dos países latino-americanos. Para Prebisch, esta restrição, que impedia o desenvolvimento econômico desses países, denominados como periféricos, advinha de uma relação desigual no comércio com os países desenvolvidos, denominados como centrais. De acordo com Oliveira (2007, p. 10), o objetivo desta escola era demonstrar que os pressupostos e conclusões dos modelos neoclássicos a respeito da difusão dos benefícios do comércio internacional não eram aplicáveis aos países periféricos, uma vez que existia uma forte assimetria em suas relações comerciais com os países centrais.

Esta assimetria se devia principalmente a duas condições a que os países periféricos estavam submetidos em suas relações comerciais. Primeiramente à baixa elasticidade-renda da demanda por produtos primários exportados pelos países periféricos, na medida em que o aumento em sua demanda era menos que proporcional ao aumento da renda real nos países que os importavam. Além disso, a demanda por produtos industrializados cresce mais que proporcionalmente ao aumento da renda real, tendo, deste modo, alta elasticidade-renda da demanda. Estes fatores em conjunto, portanto, resultavam em um profundo desequilíbrio externo, pois a quantidade de bens primários exportada por estes países era insuficiente para suprir sua demanda interna pelos bens industrializados (MOREIRA, 2012, p. 222).

Oliveira (2007, p. 10) aponta ainda a questão da ineslaticidade-preço da oferta dos produtos primários pelo fato de sua produção depender em grande parte de fatores climáticos, o que constitui uma barreira natural ao aumento repentino da oferta quando há elevação dos preços, diferentemente do setor industrial, que tem a possibilidade de elevar sua produção nesta circunstância. Por estes motivos, a conclusão a que Prebisch (1949, p. 83) chegou foi a seguinte: “Enquanto os centros preservaram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico”.

As propostas defendidas por Prebisch para frear esta deterioração nos termos de troca se baseavam em políticas protecionistas e em uma industrialização por meio da substituição das importações, onde os produtos importados dos países centrais passariam a ser compostos em sua maioria por bens de capital destinados ao desenvolvimento do parque industrial, e não mais por bens industrializados para consumo. Esta proposta tinha como base o argumento de que os incentivos ao desenvolvimento da indústria, mesmo que não trouxessem resultados imediatos em termos de produtividade, seriam mais vantajosos do que investimentos no setor primário, resultando em ganhos de bem-estar ao país. Por outro lado, através das

evidências empíricas foi possível observar como esta forma de industrialização gerou grandes desequilíbrios estruturais nas contas dos países que a adotaram (BRUE, 2006, p. 522).

2.3.3 Kaldor e as Exportações como Motor do Crescimento

Nicholas Kaldor foi um teórico que apresentou de modo mais formal o pensamento cepalino, que foi moldado a partir do contexto econômico latino-americano, apresentando evidências empíricas de suas proposições em diferentes nações do mundo.

O crescimento econômico, para este autor, é derivado da existência de uma indústria sólida em um país na medida em que proporciona ganhos de escala e de produtividade maiores do que outros setores da atividade econômica e possui uma grande capacidade de gerar efeitos multiplicadores. Ele defende que o meio para se alcançar este estágio da indústria são as exportações, isto é, um modelo de crescimento “voltado para fora”, pois dentre os componentes da demanda agregada é o único capaz de trazer divisas de fora e de financiar a importação de bens de capital necessários para o desenvolvimento industrial, logo, percebe-se uma diferenciação clara com a teoria neoclássica, na medida em que a dotação de fatores de uma economia não é o fator determinante estático no padrão de comércio em sua teoria (SILVA E LOURENÇO, 2017, p. 173).

Segundo Moreira (2012, p. 220-221), Kaldor critica os pressupostos neoclássicos de fatores de produção homogêneos, concorrência perfeita e, consequentemente, inexistência de economias de escala, defendendo que existem diferentes elasticidades-renda da demanda e rendimentos crescentes de escala, sendo, através de uma combinação favorável entre as elasticidades-renda da demanda dos produtos importados e exportados, possível a elevação da renda e do emprego, gerando a partir disto um efeito multiplicador de crescimento.

A partir da divulgação de seus estudos em conferências se originaram suas três leis: a primeira diz respeito à relação positiva entre a produção industrial e o PIB, demonstrada através da constatação dos efeitos da redução da produção manufatureira sobre o produto britânico; a segunda mostra que há aumento da produtividade industrial através do aumento da produção por meio das economias de escala; e a terceira se refere à relação positiva entre a expansão da atividade industrial e a produtividade dos demais setores, na medida em que a maior parte destes possuem rendimentos decrescentes de escala, e quando há um escoamento da mão-de-obra destes setores para o industrial (derivado da expansão deste setor) eleva-se a produtividade nos outros (SILVA E LOURENÇO, 2017, p. 173-174).

Entretanto, a partir do terceiro milênio surgiram contestações a respeito destas leis, pois a continuidade da importância do setor industrial para o crescimento econômico em comparação com o de serviços foi colocada em xeque. Argumenta-se que poderia haver crescimento econômico guiado por este setor, visto que sua capacidade de agregação de valor vem aumentando consideravelmente devido à revolução tecnológica iniciada na década de 1990 (ROWTHORN & RAMASWAMY, 1999; MARKUSEN, HOWES & SINGH, 2000; HARTWIG, 2011 apud SILVA E LOURENÇO, 2017, p. 174).

2.4 Novas Teorias de Comércio Internacional

As evidências empíricas no período do pós-Segunda Guerra demonstraram a insuficiência dos modelos neoclássicos em explicar a realidade do funcionamento do comércio mundial. Primeiramente foi evidenciado que grande parte do comércio era realizado entre nações com dotações semelhantes de fatores produtivos e que, além disso, tinha características intra-industriais, isto é, os tipos de bens importados pertenciam ao mesmo setor industrial dos exportados. Ademais, uma significativa proporção do comércio exterior era realizado por empresas multinacionais com grande poder de mercado, logo este comércio acontecia sob um contexto de

concorrência imperfeita. Tendo em vista estas questões, foram desenvolvidos diversos modelos, que alteraram a forma como se teorizava, primeiro dando atenção às evidências empíricas para a partir daí desenvolver modelos para explicá-las, ao contrário do que acontecia anteriormente (BLANCO, 2011, p. 110).

As principais vertentes surgidas a partir disto, conhecidas como teorias de comércio de produtos industrializados, trataram de explicar estes problemas através das economias de escala, do papel central da demanda, dos ciclos dos produtos e da concorrência monopolística (COUTINHO EL AL., 2005, p. 105).

Uma destas vertentes foi a distinção entre produtos primários e industrializados proposta por Linder (1961), a qual o padrão de comércio de produtos industriais era determinada pela estrutura de demanda de uma nação. O determinante desta estrutura seria a renda *per capita*. Portanto, países com elevada renda *per capita* demandariam maior quantidade de bens com maior grau de sofisticação, enquanto países com menor renda *per capita* consumiriam menor quantidade destes bens e maior quantidade de bens menos sofisticados. A teoria dos ciclos dos produtos foi proposta por Vernon (1972), onde o surgimento de novos produtos a partir das inovações acontece com maior incidência nos países desenvolvidos, que possuem maior quantidade de capital, mão-de-obra qualificada e uma estrutura de demanda que permite a produção para o mercado interno, portanto, seu consumo se torna popular nestes países. Quando este produto é difundido internacionalmente, o país passa a exportá-lo. Por fim, quando o bem não mais requer tecnologia de ponta para ser produzido, sua produção é transferida para os países menos desenvolvidos e o ciclo se repete com o surgimento de novos produtos mais sofisticados (COUTINHO ET AL., 2005, p. 105-106).

Uma tentativa de explicação do fato de existirem amplo comércio entre países com dotação de fatores produtivos similares e concorrência monopolística foi realizada por Krugman (1979) através dos retornos crescentes de escala, onde os custos se reduziriam com o aumento da quantidade produzida, proporcionando uma maior vantagem às empresas maiores e, portanto, tendo como determinante do

comércio, a partir disto, também as economias de escala e não apenas a abundância relativa dos fatores produtivos, o que explicaria os padrões de comércio observados na realidade (COUTINHO ET AL., 2005, p. 105).

De acordo com Oliveira (2007), este modelo leva à conclusão, como demonstraram as evidências empíricas, de que os países com dotações de fatores produtivos semelhantes praticarão um comércio intra-industrial, enquanto países com distintas dotações de fatores praticarão um comércio interindustrial e salienta a afirmação de Krugman de que o comércio intra-industrial tem efeito menor sobre a distribuição de renda se comparado ao comércio interindustrial.

Krugman mais tarde incluiu em sua teoria os custos de transporte[7], observando que nos países em que este custo fosse elevado, a produção se concentraria no mercado interno e este, por sua vez, teria uma maior dimensão. Um exemplo deste modelo pode ser feito supondo dois países com duas indústrias e duas dotações distintas de fatores produtivos. O país A, sendo intensivo em capital e sua indústria A tendo estrutura monopolística e produzindo bens diferentes da indústria A do outro país, exportará seus bens das duas indústrias e importará, além dos bens da indústria B, bens da indústria A que sua indústria não produz em quantidade suficiente para atender à sua demanda interna por estes bens, ou seja, o comércio acontece tanto de maneira interindustrial quanto intra-industrial (BLANCO, 2011, p. 113).

Além do modelo Helpman-Krugman, outra abordagem importante desta nova fase foi a das vantagens competitivas das nações de Porter (1989), que se diferenciou das demais por levar em conta a conduta das empresas e suas interações nos mercados como fator importante para o comércio internacional, algo até então inédito no *mainstream* deste campo de estudo.

Com relação a esses determinantes, Porter (1999) afirma que:

---

7 Modelo Helpman-Krugman (1985), formalizado com a inclusão deste fator ao seu modelo anterior de 1979.

> As diferenças nos valores nacionais, a cultura, as estruturas econômicas, as instituições e a história são fatores que contribuem para o êxito competitivo. Em todos os países se constatam disparidades marcantes nos padrões de competitividade. Nenhum país é capaz de competir em todos e nem mesmo na maioria dos setores (PORTER, 1999, p. 167).

Para ele, os determinantes para as vantagens competitivas não seriam exclusivamente a dotação de fatores e a política governamental de uma nação, mas também a política das empresas deste país, isto é, os determinantes não estariam presentes apenas do âmbito macroeconômico, mas também no microeconômico. Primeiramente dever-se-ia considerar os aspectos gerenciais dentro das empresas, ou seja, entre seus setores; após isto, a análise passaria para as interações em nível de mercado, e finalmente para as condições sistêmicas, isto é, o ambiente macroeconômico em que a indústria está submetida (OLIVEIRA, 2007, p. 14).

Com relação ao ambiente necessário para uma nação se tornar mais competitiva, Porter (1999, p. 167) aponta que “Em última instância, os países obtêm êxito em determinados setores porque o ambiente doméstico é o mais progressista, dinâmico e desafiador.”

Este ambiente é a base para seu modelo do diamante nacional, em que a vantagem competitiva é determinada em grande parte pela competitividade das empresas, isto é, de suas inovações tanto no âmbito dos produtos como no *modus operandi,* e por meio disto, todo um setor industrial elevaria sua competitividade. Portanto, para propiciar uma maior competitividade internacional da indústria de um país, os determinantes seriam as condições em termos de fatores produtivos, de demanda, setores de apoio, concorrência, estrutura e estratégia das empresas. Além destes fatores, Porter incluiu posteriormente o papel governamental e do acaso (SCHNEIDER ET AL., 2009, p. 304; COUTINHO ET AL., 2005, p. 107).

3 ABERTURA DA ECONOMIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DESCRITIVA DAS REFORMAS

A abertura comercial não deve ser estudada como um processo isolado, independente do processo maior em que estava inserida, uma vez que as mudanças foram muito além da mera abertura do mercado brasileiro aos produtos estrangeiros e do acesso dos produtos brasileiros aos mercados estrangeiros. Houve mudanças muito mais amplas que alteraram os rumos da economia do país. Caracterizou-se como uma verdadeira ruptura com a lógica de desenvolvimento anterior, conforme a passagem da industrialização por substituição das importações para um modelo de desenvolvimento neoliberal com reduzida interferência do Estado. Nesta seção será realizada uma descrição dos eventos que levaram a esta ruptura e que marcaram todo o período de reformas, como a abertura comercial, a desregulamentação financeira e o Plano Real, assim como seus efeitos sobre a economia do país durante toda a década de 1990 com o objetivo de se obter um panorama sistêmico deste importante período da história econômica do país.

3.1 Década de 80: Derrocada do PSI e Consenso de Washington

A política econômica vigente durante todo o período de 1940 a 1990 foi pautada na Industrialização por Substituição das Importações (ISI) e na tentativa de integração do mercado interno. Para isto, foram necessários vultosos investimentos em infraestrutura e na aquisição de bens de capital do exterior para a dinamização da indústria, uma vez que o país ainda não era capaz de produzi-los internamente. Estes esforços, especialmente com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) nos anos 70, levaram a crescentes desequilíbrios na balança comercial, componente decisivo para o equilíbrio das contas nacionais. Como consequência, cresce a dependência de financiamentos vindos do exterior e por sua vez, a dívida externa.

A partir da década de 80, a situação do país com relação à sua dívida externa agrava-se de maneira significativa. Isto se deu, no contexto interno, como já exposto, pelas consequências das políticas desenvolvimentistas das décadas anteriores, especificamente pelo crescente deficit da balança comercial e esgotamento das reservas internacionais (ULHÔA, 2003, p.17-18).

No contexto externo, de acordo com Britto (2002), a crise das taxas de juros internacionais e a moratória mexicana contribuíram para reduzir significativamente o financiamento estrangeiro a partir de 1982, não só no Brasil mas em todo o mundo subdesenvolvido.

Tendo em vista este cenário, houve uma mudança radical no direcionamento da estratégia econômica, em que o governo concentrou os seus esforços no pagamento da dívida externa através de políticas ferrenhas de austeridade fiscal como corte de subsídios e financiamentos governamentais e a imposição de barreiras tarifárias e não-tarifárias às importações, e de estímulo às exportações através de uma política de desvalorizações cambiais, o que resultou numa mudança de trajetória da balança comercial a partir de 1980 (ULHÔA, 2003).

Outro problema que marcou fortemente esta década foi a crise inflacionária, que se originou devido aos grandes investimentos realizados no II PND e foi agravada pelo fracasso da política de austeridade comercial em termos de provisionamento da demanda doméstica, especialmente pelas sucessivas desvalorizações cambiais e pelos desestímulos às importações, o que encareceu fortemente os produtos no mercado interno. Como aponta Britto (2002, p.5), os planos de estabilização implementados até o Plano Real, baseados em diversas concepções em torno da origem da inflação, não obtiveram êxito em equacionar esta questão.

Diante deste cenário, o modelo de desenvolvimento que vigorou durante cerca de meio século, a industrialização por substituição das importações, sofreu um forte desgaste e o modelo proposto pelo que ficou conhecido como Consenso de Washington, que, segundo Britto (2002, p. 5), foi uma série de concepções

neoliberais idealizadas por economistas e políticos das principais instituições políticas e financeiras do mundo desenvolvido, especialmente dos EUA, começou a ser implantado nos países subdesenvolvidos para solucionar suas crises inflacionárias e da dívida externa:

> As principais proposições deste consenso são políticas de controle inflacionário, de redução do deficit público através de reforma tributária, trabalhista e da previdência, além de abertura comercial de acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio, desregulamentação financeira e redução da participação estatal na economia sob a forma de privatizações. Para se alcançar o decantado ciclo virtuoso de crescimento econômico sob estes moldes, o país deveria primeiro estabilizar sua moeda por meio de forte controle da demanda interna para em seguida implementar as reformas propostas acima (RAMOS, 1997, apud BRITTO, 2002, p. 6).

A partir de 1988, logo após a moratória da dívida externa, os primeiros indícios de alteração na política comercial conforme esta lógica neoliberal começaram a aparecer sob a forma de pequenas reduções nas barreiras tarifárias às importações, sem, entretanto, alterar significativamente os resultados da balança comercial.

3.2 Reformas Neoliberais da Década de 1990

Em 1990, a crise inflacionária era o tema de maior destaque no país, na medida em que impactava negativamente no cotidiano de todos. As opiniões a respeito de suas causas eram diversas e, como aponta Duarte (2001), sob uma visão estrutural é possível atribuí-la ao ajuste exportador realizado para o pagamento da dívida externa, através de uma política de sucessivas desvalorizações cambiais e de restrições às importações. Esta mudança na condução da política externa, entretanto, não foi suficiente para equacionar a restrição externa provocada pela dívida e ainda resultou em uma vertiginosa redução do poder aquisitivo da população, derivada do próprio processo hiperinflacionário e das políticas macroeconômicas de modo geral e ainda

redirecionou a produção para o exterior, além de reduzir a demanda pelas importações. Ainda segundo Duarte (2001), a ausência de financiamento externo gerou um aumento da dívida interna, uma vez que eram necessários juros mais elevados para atrair capital estrangeiro, contribuindo também para a pressão inflacionária.

Diante disto, as reformas neoliberais realizadas no período, inclusive no âmbito comercial, foram utilizadas como instrumento para equacionar o problema da hiperinflação e estavam inseridas inicialmente na Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) do governo Collor, que visava promover o aumento da competitividade industrial por meio da competitividade externa.

3.2.1 Reforma Tarifária

Frente ao cenário de comodismo das empresas dos setores industriais do país devido à excessiva proteção governamental, que gerava ineficiência produtiva, foi planejado um cronograma de abertura comercial sob a forma de reduções das barreiras tarifárias às importações (BT's) e eliminação de grande parte das barreiras não-tarifárias às importações (BNT's), além da eliminação de isenções à importação de certos produtos, no período de 1988 a 1994 com o intuito de elevar a competitividade da indústria doméstica sem afetar significativamente a produção nem gerar desequilíbrios comerciais. A partir de 1995 houve um leve retrocesso nas reduções tarifárias e retomada de algumas BNT's devido ao deficit na balança comercial provocado pela estabilização da moeda e da apreciação cambial (KUME, PIANI e SOUZA, 1990).

A tabela 1 a seguir mostra a evolução da reforma tarifária às importações no período de 1987-95:

Tabela 1 – Trajetória das BT's Nominais e Efetivas (%)

Tarifa Nominal (%)	1987	Jul/ 1988	Set/ 1989	Set/ 1990	Fev/ 1991	Jan/ 1992	Out/ 1992	Jul/ 1993	1994	1995
Média Simples	57,5	38,5	31,6	30	23,3	19,2	15,4	13,2	11,2	12,8
Média Ponderada	54,9	34,7	27,4	25,4	19,8	16,4	13,3	11,4	10,2	10,8
Mediana	-	40,2	32,6	31,3	20,8	20,2	14,4	12,8	-	-
Máximo	102,7	76	75	78,7	58,7	48,8	39	34	23,5	41
Mínimo	15,6	0,2	0,1	0,1	0,1	0	0	0	0	0
Desvio-Padrão	21,3	15,4	15,9	15,1	12,7	10,5	8,2	6,7	5,9	7,4
Tarifa Efetiva (%)										
Média Simples	77,1	50,4	45	45,5	35,1	28,9	22,5	19,9	13,6	17,1
Média Ponderada	67,8	42,6	35,7	33,7	26,5	21,7	17,2	14,5	12,3	10,4
Mediana	-	52,6	38,1	34,6	24	20	16,7	15,1	-	-
Máximo	308,1	183	219,5	312,9	225,2	185,5	146,8	129,8	27,7	113,8
Mínimo	8,3	54,5	-4,4	-4,3	-3,3	-2,8	-2,3	-2	-4,9	-2,4
Desvio-Padrão	53,8	33,4	39,8	53,3	39,7	32,7	25,2	21,7	8,4	19,5

Fonte: elaborada a partir de Kume (1996) e Corseuil e Kume (2003)

As tarifas nominais referem-se à alíquota de importação fixada na legislação, enquanto as tarifas efetivas são referentes ao valor adicionado a um bem de acordo com as tarifas incidentes em seus insumos em relação ao valor adicionado com a ausência de tarifas. Como ambas as tarifas seguem uma tendência similar, sua trajetória coincide. A tarifa média ponderada refere à média das tarifas ponderadas pelo valor adicionado de livre-comércio, que reflete melhor a estrutura de proteção a um determinado setor (KUME, PIANI E SOUZA, 1990).

Após a primeira rodada de reformas realizadas no biênio 1988-89, observou-se uma drástica redução na ordem de 50% na tarifa média ponderada em comparação com 1987. Além disso, a estrutura tarifária se tornou mais uniforme, uma vez que o desvio-padrão, que representa a dispersão, ou seja, a distância para a tarifa média, foi reduzido em 25,3%. Apesar disto, a proteção não-tarifária

continuou praticamente intacta, na medida em que as BNT's e os mecanismos de controle às importações continuaram em vigor.

Em 1990, a redução tarifária foi tímida, de apenas 7,3% na tarifa média ponderada e de 5% no desvio-padrão em relação ao ano anterior. A liberalização comercial neste ano foi marcada muito mais pela eliminação de praticamente todas as BNT's e regimes especiais de controle às importações. Portanto, a partir deste ano, o controle das importações se tornou exclusivamente tarifário.

Após a segunda rodada de reformas, compreendendo o período de 1991-93, a trajetória de reduções voltou a ser mais intensa, sendo de 42,4% na tarifa média ponderada e de 47,2% no desvio-padrão. Nesta fase, o governo decidiu antecipar o cronograma de reduções previstos para 1994 com o intuito de pressionar os preços domésticos para baixo através do estímulo à concorrência estrangeira. Assim, no final de 1993 estava concluído todo o cronograma de reduções tarifárias previstas em 1987.

Deste modo, o saldo final dos cinco anos em que se estendeu a abertura comercial prevista, de 1987 a 1993, foi de queda total de 79,2% na tarifa nominal média ponderada, 68,5% no desvio-padrão da estrutura tarifária, 66,9% da tarifa máxima e de 100% da tarifa mínima. Além disso, como já exposto, foram eliminadas todas as BNT's relevantes e outros mecanismos de controle.

Com o Plano Real em 1994, a abertura comercial atingiu seu ápice, apresentando as menores tarifas médias, máximas e mínimas, além de maior homogeneidade tarifária representada pelo menor desvio-padrão em todo o período de 1987-95. Esta intensificação da abertura tinha por objetivo manter a estabilidade interna dos preços para que o plano de estabilização monetária tivesse êxito (KUME, PIANI E SOUZA, 1990, p. 17).

No ano seguinte, a situação da balança comercial se tornou objeto de preocupação, uma vez que a grande exposição do país ao mercado internacional tornou as exportações insuficientes para suprir as importações, e além disso, a

apreciação cambial foi outro fator decisivo. No cenário internacional, a crise mexicana de 1994 contribuiu para a escassez de financiamento externo, levando o governo a promover uma pequena retomada das elevações tarifárias, isto é, houve um retrocesso na política tarifária com o objetivo de equilibrar novamente a balança comercial.

3.2.2 Desregulamentação Financeira

Era motivo de preocupação na década de 80, segundo Baumann (2000, p. 23), a expressiva queda dos investimentos estrangeiros no país em comparação com a década anterior, por questões internas e externas que desfavoreciam a vinda de tais recursos. Por isso, adotaram-se a partir de 1991 uma série de medidas visando criar um ambiente atrativo para tais investimentos. Gonçalves (1995, p. 13) aponta as condições externas como a liberalização financeira nos países desenvolvidos, avanços tecnológicos, expansão dos serviços financeiros, queda da taxa de juros internacional e a adoção de uma estratégia de diversificação dos ativos por parte dos investidores que passaram a direcionar parte do seu capital para os países latino-americanos, que contaram ainda com o estímulo de uma política de alta taxa de juros no caso brasileiro.

Aqueles que defendem este tipo de reforma apontam os benefícios resultantes, tais como escoamento do capital mundial excedente para países com maior escassez deste tipo de recurso; financiamento dos deficits da balança de pagamentos nestes países, auxiliando no equilíbrio de sua demanda agregada; aumento da competitividade do mercado financeiro através de uma maior competição entre agentes residentes e não-residentes; redução da incerteza dos investimentos dada uma maior possibilidade de diversificação dos ativos; além de tornar mais homogêneas as políticas econômicas dos países, uma vez que desestimularia os governos a adotarem medidas na contramão da globalização financeira. Em contrapartida, a perda de autonomia na política econômica derivada

da desregulamentação do sistema financeiro aumentaria a vulnerabilidade externa, isto é, reduziria a capacidade de reação às crises externas (PAINCEIRA E CARCANHOLO, 2002, p. 3-4).

No Brasil, o ápice da reforma financeira ocorreu em um contexto de estabilização monetária sob um regime de âncora cambial, o que constituía uma combinação incompatível com autonomia na política econômica. Desta forma, haveria uma combinação de políticas a serem adotadas dentre três possíveis, sendo 1) desregulamentação financeira e controle do câmbio, abrindo-se mão da autonomia, 2) desregulamentação e autonomia, adotando um regime de livre flutuação cambial, ou 3) autonomia com controle do fluxo de capitais e do câmbio (PAINCEIRA E CARCANHOLO, 2002, p. 5).

O caminho adotado foi o de liberalização do setor financeiro acompanhado de controle cambial, o que resultou em maior vulnerabilidade externa do país devido à menor capacidade do país em reagir aos choques externos.

3.2.3 Reforma Monetária: Plano Real e Política Cambial

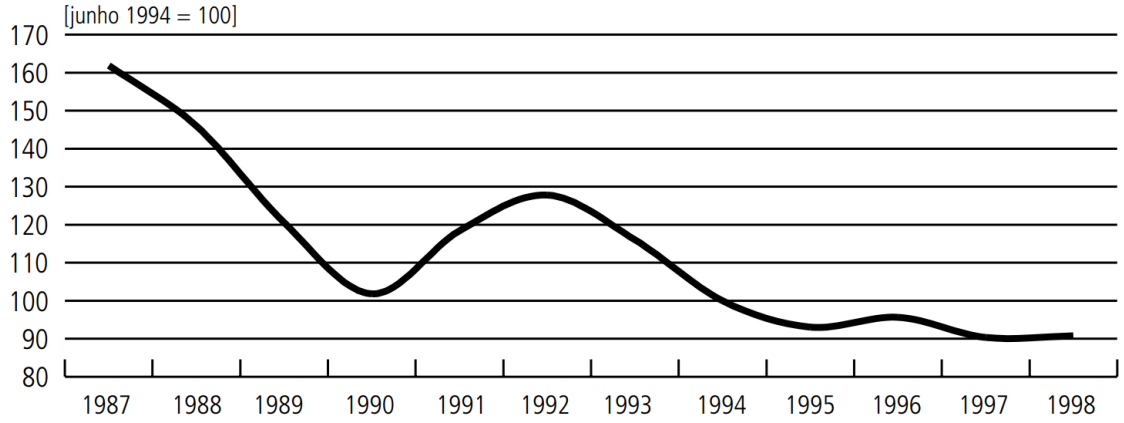
A política cambial foi um instrumento de grande relevância para o sucesso do Plano Real, uma vez que foi utilizado no direcionamento do comércio exterior do país para atender ao objetivo de estabilizar a moeda e sanar o problema da hiperinflação.

Durante a década de 80, a política de sucessivas desvalorizações cambiais foi utilizada essencialmente com o objetivo de 1) sustentar um equilíbrio cambial a despeito da inflação e 2) sustentar o ajuste exportador e, portanto, evitar a deterioração da balança comercial. Esta política, contudo, não obteve êxito dadas as taxas astronômicas de inflação que foram atingidas no fim desta década, o que deteriorou a taxa de câmbio real no período. A partir de 1990, o governo promoveu, em conjunto com a abertura às importações, correções que resultaram em uma

elevação da taxa de câmbio real até meados de 1992 (CORSEUIL E KUME, 2003, p. 71-72).

O gráfico 1 a seguir ilustra a evolução da taxa de câmbio durante o período de abertura:

Gráfico 1 – Índice da Taxa de Câmbio Efetiva Real: 1987-98



Fonte: Corseuil e Kume (2003)

Até este ano o câmbio permanecia favorável ao setor exportador brasileiro, uma vez que estava em constante depreciação, e a recessão pela qual o país atravessava desfavorecia a concorrência estrangeira. No entanto, a partir de meados de 1992, o câmbio inicia uma trajetória de crescente valorização até 1995 dado o grande influxo de capital estrangeiro no país a partir daquele ano através do processo de desregulamentação financeira.

Em todo o período de 1990-94, de acordo com Gonçalves (1995, p. 9), estimulou-se a competitividade das exportações, o que proporcionou um acúmulo das reservas internacionais para sustentar o regime de âncora cambial que teve grande participação no sucesso do Plano Real.

O conjunto de medidas cuja finalidade era a modificação do padrão monetário no país, denominado de Plano Real, aconteceu entre o fim de 1993 e fevereiro de 1995. De acordo com um texto escrito por dois membros da equipe econômica do Plano Real ainda nos anos 80, era fundamental, para que fosse implementada a reforma monetária, a realização de um ajuste fiscal para manter o equilíbrio

orçamentário do governo no período em que ocorreria a estabilização. Deste modo, a primeira etapa do Plano Real foi caracterizada por um ajuste fiscal realizado de forma emergencial no final de 1993 (ULHÔA, 2003, p. 27-28).

Na segunda etapa do plano, ocorrida em março de 1994, houve a implementação de uma nova moeda à economia, a Unidade Real de Valor (URV), que coexistiria com a moeda então vigente, o Cruzeiro Real, que funcionaria como uma unidade de conta, que mais tarde passaria a ser denominada apenas de Real. No primeiro momento, todos os contratos firmados a partir disto deveriam obrigatoriamente estar indexados à URV e os firmados antes de sua implementação deveriam também ser indexados a esta nova unidade de conta, que seria atualizada diariamente de acordo com os principais índices de inflação do país. No segundo momento, ocorrido em julho de 1994, quando a grande maioria dos contratos estivessem indexados à URV, esta passaria a ser emitida sob o nome de Real. O que se realizou foi uma espécie de dolarização da economia brasileira, na qual uma unidade de Real estaria cotada a 1 dólar e a 2.750 Cruzeiros Reais, respectivamente, uma vez que esta era sua cotação frente ao dólar na data da implementação do Real, em 1 de julho de 1994 (MOURÃO, 2001, p. 55-56).

O sucesso da reforma monetária, de acordo com Giambiagi e Moreira (1999, p. 22-23), se deveu à sucessão de medidas adotadas pelo governo de 1988 a 1994 – o que gerou as condições macroeconômicas necessárias à estabilização – o ajuste fiscal, a adoção de uma unidade de conta e a implementação de uma nova moeda a partir disto, que eliminou a inércia inflacionária e nivelou os preços na economia.

No contexto de implementação do Real, em julho de 1994, a taxa de câmbio estava expressivamente valorizada devido à crescente expansão das reservas internacionais do país fruto de uma trajetória anterior de expansão das exportações, o que sustentou a estabilização cambial em meio a um processo de voraz elevação das importações. Em outras palavras, o grande acúmulo de reservas internacionais no período anterior foi fundamental para 1) a manutenção da estabilidade cambial

em meio a um contexto de grande abertura às importações que proporcionaram a estabilidade dos preços domésticos e 2) para a ancoragem do valor do Real frente ao dólar, favorecendo, consequentemente, o sucesso do plano. Assim, a taxa de câmbio do país permaneceu valorizada e estável durante todo o período entre o Plano Real e a crise cambial de 1999 (ULHÔA, 2003, p. 29-30).

3.2.4 Privatizações

Outra das proposições do Consenso de Washington se referia ao perfil de atuação do Estado na economia, que no caso brasileiro se dava predominantemente sob a forma de investimentos em suas empresas estatais. Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2017) apontam alguns dos principais motivos para se privatizar uma empresa, como ineficiência produtiva que leva à má qualidade dos produtos e/ou serviços, desequilíbrio financeiro e redução da capacidade de investimento por parte do Estado, o que gera atraso tecnológico nas empresas. Com relação aos benefícios da privatização, Mourão (2011, p. 75) aponta uma reorganização e melhora na eficiência produtiva e, consequentemente, na concorrência externa, das empresas privatizadas.

Vale salientar que os discursos que apontam os benefícios das privatizações em termos de eficiência não levam em conta o papel das estatais no modelo de desenvolvimento brasileiro, pois o foco principal das estatais não é a geração de lucros para o Estado, mas sim o impulsionamento dos investimentos produtivos em momentos recessivos, das inovações tecnológicas e da acumulação de capital no longo prazo. Ademais, a baixa eficiência das estatais era derivada dos baixos investimentos governamentais, o que, de modo contraintuitivo, foi realizado pouco antes da privatização de diversas empresas pertencentes ao Estado.

Biondi (2003, p. 9) corrobora esta assertiva, afirmando que as privatizações produziram exatamente o efeito contrário do anunciado pelo governo, ou seja, em

vez de reduzir a dívida pública, o que aconteceu de fato foi seu aumento, uma vez que o Estado realizou, em grande parte das estatais, elevados investimentos logo antes de vendê-las, além de proporcionarem diversos incentivos aos compradores, como financiamentos para a compra e para os investimentos futuros via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Portanto, o que de fato ocorreu foi um efeito contrário ao esperado, resultando em pesados ônus para o Estado e benefícios inigualáveis aos donos das empresas recém-privatizadas.

Na década de 80, as privatizações realizadas foram pontuais e tiveram como objetivo frear a expansão da presença do Estado no setor produtivo, não tendo obtido, portanto, a expressividade que obteve na década seguinte. O processo responsável pela realização de um plano de privatizações de modo categórico teve início em 1990, em paralelo à abertura comercial, com o Programa Nacional de Desestatização (PND) e o programa de privatização das telecomunicações (MOURÃO, 2011, p. 71-72).

No período de 1991 a 1994 foi arrecadado o montante de US$ 8,6 bilhões com privatizações que abrangeram exclusivamente empresas que não possuíam o monopólio de seus mercados. A partir do ano seguinte, com a estabilização e a política de ajuste fiscal e a necessidade de pagamento da dívida pública, além da decisão dos estados iniciarem seus próprios programas de privatização, o governo passou a ter como objetivo privatizar estatais monopolistas, intensificando de forma drástica este processo. Desta forma, no período de 1995 a 1998, foi alcançado o notável montante de US$ 60,1 bilhões em receitas, valor quase sete vezes maior do que o arrecadado no período anterior (GIAMBIAGI E MOREIRA, 1999, p. 164).

A tabela 2 a seguir mostra os valores arrecadados durante os programas de privatização da década de 1990:

Tabela 2 – Programas de Privatizações: 1981-2001 (US$ milhões)

Tipo	Período	Qtd. Empresas	Valor Arrecadado	Dívidas Transferidas	Total
Reprivatização	1981-89	39	-	-	735
PND	1991-94	33	8.608	3.266	11.874
	1995-99	32	11.136	5.935	17.071
Telecomunicações	-	-	28.793	2.125	30.918
Estaduais	1996-2001	-	27.919	6.750	34.669
Total	**-**	**104**	**76.456**	**18.076**	**95.267**

Fonte: Elaboração própria a partir de Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2017)

Segundo Corseuil e Kume (2003, p. 160), dois dos principais efeitos das privatizações ocorreram na competitividade das empresas e no mercado de trabalho como consequência disto, uma vez que, dado o fato de que grande parte do capital utilizado para a aquisição das estatais privatizadas era estrangeiro, a adoção de técnicas e tecnologias de produção mais sofisticadas beneficiou o mercado de mão-de-obra qualificada em detrimento da mão-de-obra desqualificada. Além disso, como apontam Freitas e Prates (1998, p. 189), este processo estimulou a participação de investimentos estrangeiros no país concomitantemente com o processo de desregulamentação financeira e com a reestruturação da indústria. Já Markwald (2001, p. 12) afirma que este processo também impactou nos investimentos em P&D, sob a forma de estímulos em inovações tecnológicas.

Na direção contrária ao discurso liberal acerca dos investimentos estrangeiros, Agapito (2021, p. 18) afirma que a atração deste tipo de investimento se originou na busca pelos lucros vultosos proporcionados pelo país com as privatizações. A resolução do problema dos desequilíbrios externos pela vida da atração deste tipo de investimento, volúvel por natureza, constitui um erro grave (GONÇALVES, 1999, p. 73, apud AGAPITO, 2021, p. 19).

Portanto, a retórica que aponta a elevação dos investimentos nas empresas privatizadas é insuficiente, na medida em que o comportamento destes investimentos passou a ser condicionada à criação de condições macroeconômicas

favoráveis a estes, o que se traduz em aumento das despesas públicas para este fim. Em outras palavras, a soberania nacional foi colocada em segundo plano com o processo de privatizações, onde se passou o controle de um precioso mecanismo propulsor do desenvolvimento para a posse estrangeira.

No âmbito do comércio exterior, Britto (2002, p. 73), aponta que o programa de privatizações do setor de telecomunicações não estimulou a produção interna de bens de elevado conteúdo tecnológico a despeito da elevação de sua demanda. Duarte (2001, p. 71) reforça esta afirmação, onde, devido à falta de competitividade do setor de fornecimento de bens tecnológicos aliada à forte participação de capital estrangeiro nas empresas privatizadas, despreocupadas em estimular a indústria nacional, resultaram em massiva importação de bens de capital, o que explica a elevada participação deste tipo de bens no crescimento das importações ocorrido na década de 1990.

Por fim, o processo de privatizações desta década, um dos maiores ocorridos no mundo, marcou a mudança no perfil de atuação do Estado brasileiro de produtor de bens e serviços para regulador destas atividades (MOURÃO, 2011, p. 75).

3.2.5 Desempenho do Comércio Exterior

As reformas causaram efeitos significativos no comércio exterior, sendo talvez o maior deles a reversão do saldo da balança comercial após a estabilização, depois de um longo período de superavits comerciais, como aponta Markwald (2001, p. 16), em que o saldo da balança comercial passou de um superavit de mais de US$ 13 bilhões em 1993 para um deficit de quase US$ 7 bilhões em 1997. Contudo, as mudanças começaram a acontecer desde o marco de início das reformas em 1988.

A tabela 3 a seguir mostra os principais resultados do comércio internacional brasileiro no período de 1988-99:

Tabela 3 – Exportações e Importações, Saldo Comercial e Participação do Comércio Exterior no PIB: 1988-99 (US$ bilhões)

Ano	PIB (valores correntes)	Exportações (FOB)	Importações (FOB)	Saldo Comercial	Exportações / PIB (%)	Importações / PIB (%)
1988	305,7	33,8	14,6	19,2	11,1	4,8
1989	415,9	34,4	18,3	16,1	8,3	4,4
1990	469,3	31,4	20,7	10,7	6,7	4,4
1991	405,7	31,6	21,0	10,6	7,8	5,2
1992	387,3	35,8	20,6	15,2	9,2	5,3
1993	429,7	38,6	25,3	13,3	9,0	5,9
1994	543,1	43,5	33,1	10,4	8,0	6,1
1995	770,7	46,5	50,0	-3,5	6,0	6,5
1996	851,0	47,7	53,3	-5,6	5,6	6,3
1997	883,3	53,0	59,7	-6,7	6,0	6,8
1998	863,9	51,1	57,8	-6,7	5,9	6,7
1999	599,3	48,0	49,3	-1,3	8,0	8,2

Fonte: Elaboração própria a partir de Mourão (2011) e Banco Central

De acordo com Gonçalves (1995, p. 29-30), as primeiras reduções tarifárias, em conjunto com a apreciação cambial, foram os fatores que determinaram o crescimento das importações e a perda de competitividade das exportações a partir do fim da década de 80, entretanto, a crise de 1990-1992 forçou uma reestruturação industrial que causou um aumento de produtividade, o pode explicar a manutenção do ritmo de crescimento das exportações a despeito do câmbio desfavorável, recuperando, desta forma, a competitividade destas a partir de 1992. Outra constatação a respeito da contínua trajetória de crescimento das exportações no período de 1993 a 1997 vem de Corseuil e Kume (2003, p. 72), em que a reforma tarifária e a formação de blocos econômicos como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) contribuem positivamente para estas devido ao acesso facilitado às mercadorias estrangeiras e à ampliação dos mercados para o setor exportador. Há ainda, segundo Markwald (2001, p. 15), mais dois efeitos positivos das reformas sobre estas, sendo 1) o aumento da quantidade de empresas exportadoras durante

toda a década, através de surtos de crescimento nos períodos em que o câmbio foi favorável a esta atividade, e 2) o aumento da participação de produtos com maior intensidade tecnológica na pauta de exportações causado pela já citada reestruturação industrial.

Já as importações, afirmam Giambiagi et al. (2011, p. 157), cresceram continuamente, exceto no ano de 1992, durante toda a primeira metade da década, onde a reforma tarifária e a grande demanda por bens de capital gerada pelos baixos investimentos na década anterior foram responsáveis por um contexto propício a um aumento considerável das importações, algo que só veio a ocorrer a partir de 1994.

Corseuil e Kume (2003, p. 70), apontam que durante o período de 1990 a 1998 o coeficiente de exportação brasileiro aumentou de 7,5% para 9,2% e o coeficiente de importação passou de 6,6% para 11%, a participação das exportações do país no comércio mundial permaneceu praticamente constante, por outro lado, a participação das importações sobre o total mundial sofreu expressiva elevação, de 0,6% para 1,2%. Com relação ao *quantum*, houve neste período um crescimento de 57% nas exportações e de 284,5% nas importações. Portanto, estes resultados indicam de forma clara que as exportações do período não acompanharam o crescimento das importações (CORSEUIL E KUME, 2003, p. 85).

A participação das exportações no produto brasileiro sofreu, de 1988 a 1998, uma retração de quase 47%, enquanto que a participação das importações teve um crescimento de 39,6%, fato explicado pela adoção de uma política de ajuste importador adotado com a reforma tarifária. Portanto, de acordo com os dados apresentados, fica evidente os impactos da abertura econômica do país sobre o comércio exterior.

4 ABERTURA COMERCIAL E O SETOR DE BENS INTERMEDIÁRIOS

O setor de bens intermediários compreende, de modo sintético, as indústrias em que seu produto é destinado a outras como insumos, utilizando, porém, insumos de outras indústrias. Esta classificação, entretanto, é genérica, uma vez que existem diversos produtos que, além deste uso, são também destinados ao consumo final.

Será realizada na subseção a seguir uma breve descrição da evolução do setor de bens intermediários ao longo do século XX até as vésperas das reformas neoliberais da década de 1990.

4.1 Evolução Histórica do Setor de Bens Intermediários: 1919 – 1989

Em 1919 o setor de bens intermediários apresentava uma participação de 13,1% no total da produção industrial brasileira. A política industrial do governo Vargas na década de 1930 fez com que o setor ganhasse relevância, tendo próximo do fim de seu último mandato, em 1949, aumentado sua participação para 24,28%, havendo, portanto, um expressivo aumento de 85,3% no período, isto é, praticamente duplicando sua participação no total da indústria (PACCOLA, 2014, p. 44).

Em meio aos fortes estímulos governamentais na industrialização do país, o setor de bens intermediários foi um dos que mais receberam incentivos, inclusive sob a forma de investimentos estrangeiros. Com isto, verificou-se entre o fim da década de 1940 e o final da década de 1950 um crescimento industrial muito significativo, com participação em grande medida do setor de bens intermediários, que de 1949 a 1955 apresentou crescimento de 11,8% na produção industrial (PACCOLA, 2014, p. 55).

Mesmo com o expressivo crescimento durante as décadas de 1940 e 1950, promovido pelos pesados investimentos através da política de industrialização por substituição de importações, o setor de bens intermediários brasileiro não chegou ao patamar de autonomia em relação às importações, continuando deste modo a possuir dependência externa (PACCOLA, 2014, p. 71).

No contexto do II PND, como ilustra a tabela 4, o setor apresentou um crescimento ao ano de 8,3% a.a. entre 1974 e 1980, mesmo em meio ao cenário externo desfavorável à expansão industrial brasileira. Portanto, neste período o crescimento foi em grande parte sustentado pelos investimentos realizados através deste plano (PACCOLA, 2014, p. 79).

Tabela 4 – Crescimento % a.a. da Produção de Bens Intermediários: 1967-1980

	1967/70	1970/73	1973/80
Bens Intermediários	13,7	13,2	8,3

Fonte: Paccola (2014)

Na década de 1980, as dificuldades macroeconômicas dificultaram em grande medida o crescimento industrial, inclusive do setor de bens intermediários, uma vez que o desequilíbrio externo e a escassez de financiamento estrangeiro causaram uma mudança no perfil de atuação do Estado brasileiro ao adotar uma política de ajuste externo e fiscal.

Tendo em perspectiva o histórico do setor de bens intermediários, cabe agora avaliar na subseção seguinte os impactos da abertura comercial brasileira sobre a produção e o comércio exterior deste setor.

4.2 Comércio Exterior de Bens Intermediários: Evolução Durante a Década de 1990

Um dos primeiros impactos das reformas implementadas no país, apresentadas na seção anterior, foram a revelação da fragilidade da indústria

brasileira diante da competição estrangeira em termos de produtividade. Neste cenário, as empresas do setor de bens intermediários, assim como da indústria no geral, foram forçadas a reestruturarem sua produção, bem como sua gestão e outros aspectos internos, com o objetivo de cortar custos para reduzirem as desigualdades competitivas impostas pelas novas condições a que a economia brasileira se encontrava.

A produtividade do setor, como mostra a tabela 5, foi declinante nos três primeiros anos da década de 1990, acompanhando a queda do produto interno bruto, fato que pode ser explicado pela grave recessão econômica pelo qual o país atravessou durante o período de 1990-92, recuperando-se a partir de 1993 e chegando ao auge de *quantum* produzido no ano 2000. O crescimento acumulado do setor no período ficou abaixo do crescimento do PIB, porém teve um crescimento relativamente significativo de 16,7%.

Tabela 5 – Bens Intermediários: Índice de *Quantum*, Crescimento da Produção e do PIB: 1989-2000

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Var. Acum.
Produção (1990 = 100)	109,6	100,0	97,7	95,4	100,6	107,1	107,4	110,5	115,6	114,7	116,9	124,9	-
Var. Produção (%)	2,4	-8,7	-2,3	-2,4	5,5	6,5	0,2	2,9	4,6	-0,7	1,9	6,8	16,7
Var. PIB (%)	3,2	-4,17	1,03	-0,47	4,67	5,33	4,42	2,21	3,4	0,34	0,47	4,39	24,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Funcex

No que diz respeito ao desempenho no comércio exterior, a tabela 6 evidencia um leve crescimento de 21% no *quantum* exportado em 2000 comparando-se com 1989, enquanto o *quantum* importado apresenta um expressivo crescimento de 182,6% em 2000 quando comparado com 1989, demonstrando claramente os efeitos da reforma tarifária sobre as importações do setor, e grande parte deste crescimento se dá justamente no período de implementação da reforma, entre 1989 e 1994, quando o *quantum* cresce 105,9%. Os impactos da abertura

também aparecem com relação ao preço de exportação, que experimentou uma redução de 36%, tendência também encontrada no preço de importação, que caiu 43%, ambos os resultados comparando-se o ano 2000 com o ano de 1989. Deste modo, o setor de bens intermediários experimentou um forte aumento de participação no comércio exterior, aumentando sua exportação e importação ao mesmo tempo em que seus preços ficaram mais baixos.

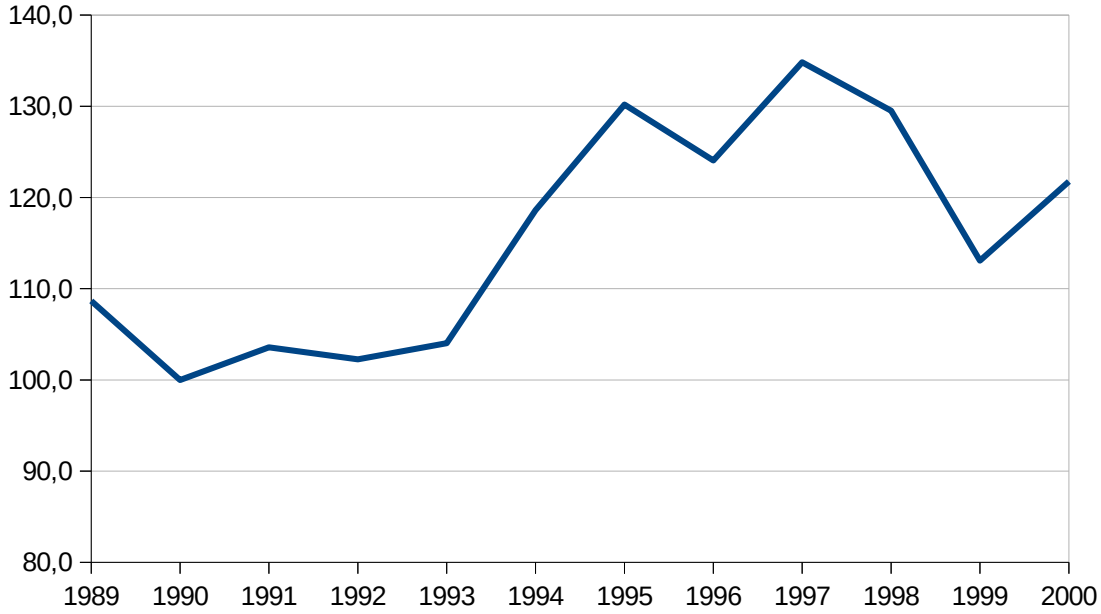
Tabela 6 – Índices de *Quantum* e Preço das Exportações e Importações do Setor de Bens Intermediários: 1989-2000

	Exportações		Importações	
	Quantum	Preço	*Quantum*	Preço
1989	100,3	106,7	98,0	98,2
1990	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
1991	103,8	98,6	109,1	95,2
1992	115,9	94,1	112,7	92,1
1993	131,5	88,8	151,9	85,4
1994	137,0	98,7	201,8	83,2
1995	132,1	113,6	272,4	87,3
1996	97,7	83,0	197,6	66,9
1997	104,3	84,6	230,5	62,8
1998	107,5	76,8	243,3	59,3
1999	115,6	65,9	226,8	58,3
2000	121,4	68,2	277,0	56,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Funcex

O índice de termos de troca, referente à razão entre os preços de exportação e de importação, do setor de bens intermediários, apresentado no gráfico 2, mostrou um crescimento ao longo dos anos 1993 a 1997, vindo a sofrer forte redução a partir disto. Este aumento está fortemente relacionado à queda expressiva dos preços de importação, mesmo que também tenham se reduzido os preços de exportação no período. Já a redução posterior deve-se à trajetória de redução nos preços de exportação para níveis similares dos preços de importação no final da década.

Gráfico 2 – Índice de Termos de Troca do Setor de Bens Intermediários: 1989-2000 (1990 = 100)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Funcex

A tabela 7 mostra os valores nominais de comércio exterior do setor, em que se verifica uma inversão no saldo comercial a partir do maior crescimento das importações em comparação com o das exportações, especialmente entre os anos de 1994 e 1996, onde a combinação de estabilização monetária e câmbio valorizado fizeram explodir as importações do país. A proporção das exportações totais, assim como a proporção das importações não apresentaram variação significativa, concluindo-se, portanto, que o setor seguiu o mesmo caminho do comércio exterior brasileiro. A partir de 1997 verifica-se um declínio do índice de termos de troca do país, provavelmente derivado do recuo da abertura comercial após os seguidos deficits da balança comercial, o que elevou os preços de importação, fazendo-se reduzir o índice. Em 1999, com a crise de desvalorização cambial, os preços de exportação dispararam, o que explica a elevação do índice nos anos de 1999 a 2000.

Tabela 7 – Exportações e Importações, Saldo Comercial e Participação no Comércio Exterior do Setor de Bens Intermediários: 1989-2000

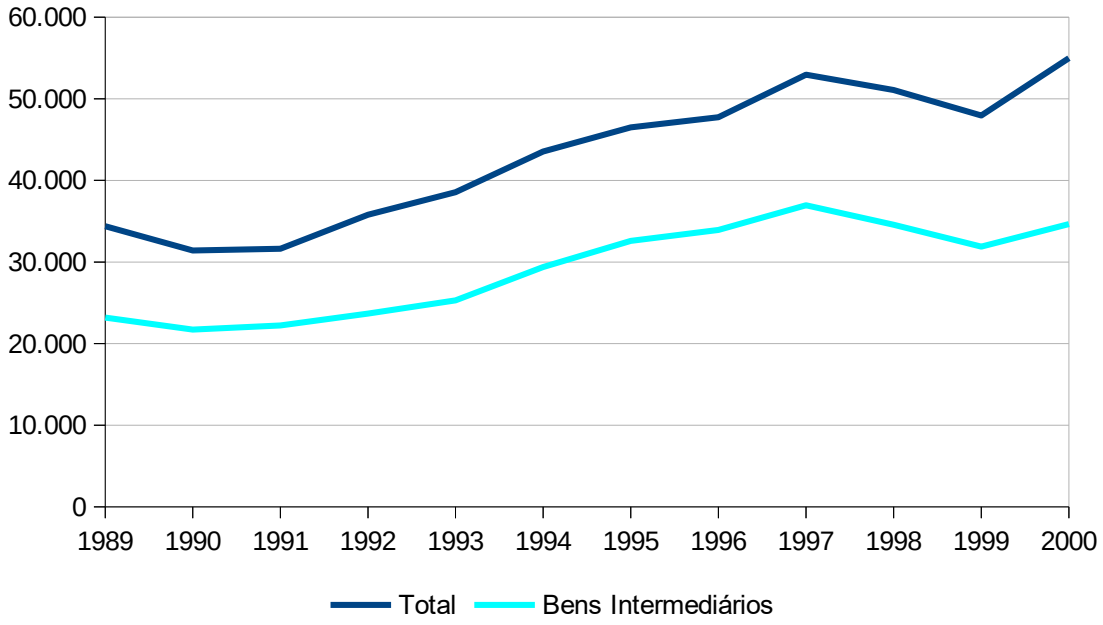
	Exportações – FOB (US$ milhões)	Importações – FOB (US$ milhões)	Saldo Comercial – (US$ milhões)	Part. nas Exportações Totais (%)	Part. nas Importações Totais (%)
1989	23.197	10.486	12.711	67,5	57,4
1990	21.714	10.895	10.819	69,1	52,7
1991	22.217	11.309	10.908	70,3	53,7
1992	23.683	11.303	12.380	66,2	55,0
1993	25.300	14.126	11.174	65,6	55,9
1994	29.372	18.292	11.080	67,5	55,3
1995	32.591	25.898	6.693	70,1	51,8
1996	33.922	29.885	4.037	71,0	56,0
1997	36.945	32.706	4.239	69,8	54,0
1998	34.562	32.639	1.923	67,7	55,6
1999	31.889	29.885	2.004	66,5	59,5
2000	34.648	35.086	-438	63,0	61,6

Fonte: Funcex; os cálculos de participação no total de importações e exportações foram elaborados pelo próprio autor

Os gráficos 3 e 4 corroboram a tendência de crescimento das exportações de bens intermediários em consonância com as exportações totais, crescendo continuamente de 1990 a 1997 e sofrendo reduções nos dois anos seguintes.

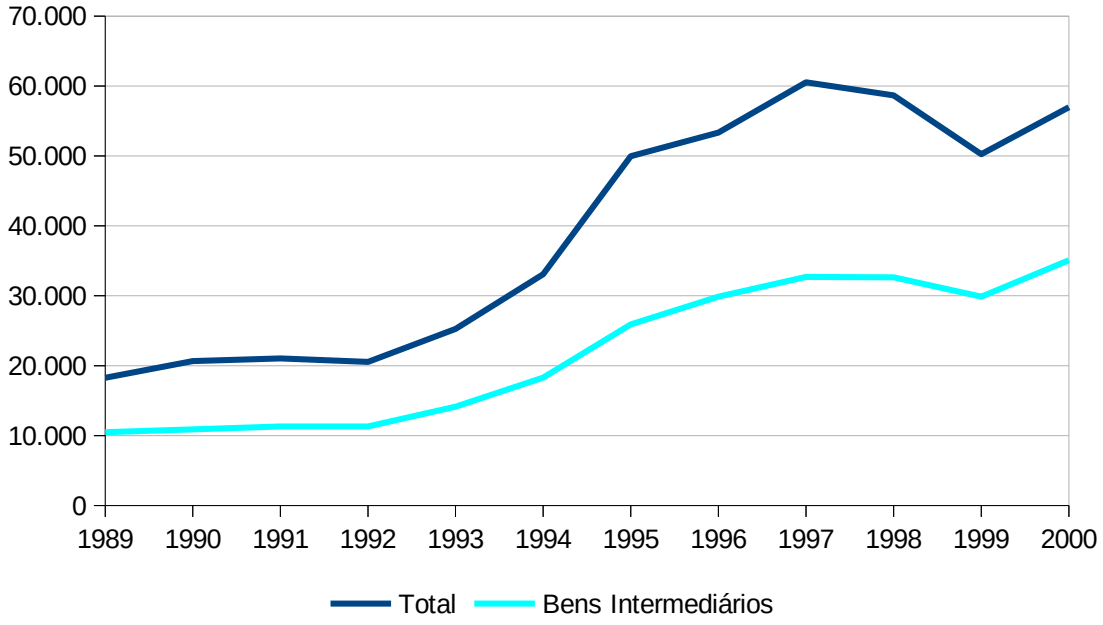
O mesmo acontece com as importações, que apresentam uma estagnação até 1992, ano que marca o fim do período recessivo, apresentando a partir daí uma trajetória de crescimento até 1997, trajetória igualmente seguida pelas importações totais, sendo interrompido pelo fato de ter havido um retrocesso do processo de abertura, em que se voltou a aumentar as tarifas de importação para evitar maiores desequilíbrios no balanço de pagamentos.

Gráfico 3 – Participação do Setor de Bens Intermediários nas Exportações Totais: 1989-2000 (US$ milhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Funcex

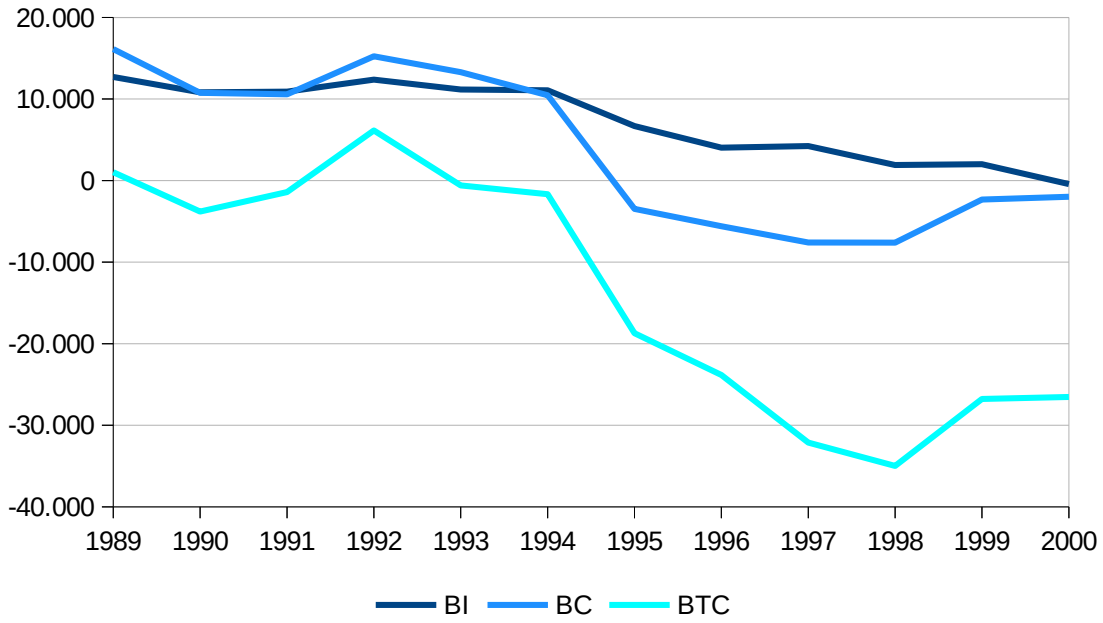
Gráfico 4 – Participação do Setor de Bens Intermediários nas Importações Totais: 1989-2000 (US$ milhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Funcex

O ponto mais interessante a se notar no gráfico 5 é a crescente diferença entre os saldos comercial do setor de bens intermediários e do balanço de transações correntes, tendo este último um desempenho crescentemente negativo comparado ao primeiro a partir de 1992. Outro ponto é a constatação de que o saldo comercial de bens intermediários apresentou um desempenho superavitário durante todo o período até 1999, vindo a ter um desempenho deficitário apenas em 2000, em contraste com o saldo da balança comercial, que de 1989 a 1994 foi positivo, vindo a apresentar deficits seguidos a partir de 1995. Uma conclusão a que se chega é que o setor de bens intermediários contribuiu para que tanto o deficit da balança comercial quanto do balanço de transações correntes fosse menor, isto é, sem a presença deste setor no comércio exterior, estes saldos seriam ainda mais deficitários. Com relação ao balanço de transações correntes, os deficits cada vez maiores no período de 1993-98 expressam as profundas mudanças experimentadas pelo setor externo brasileiro, oriundas das reformas implementadas no período, ao qual a balança comercial teve certo impacto através da reversão do saldo a partir de meados da década.

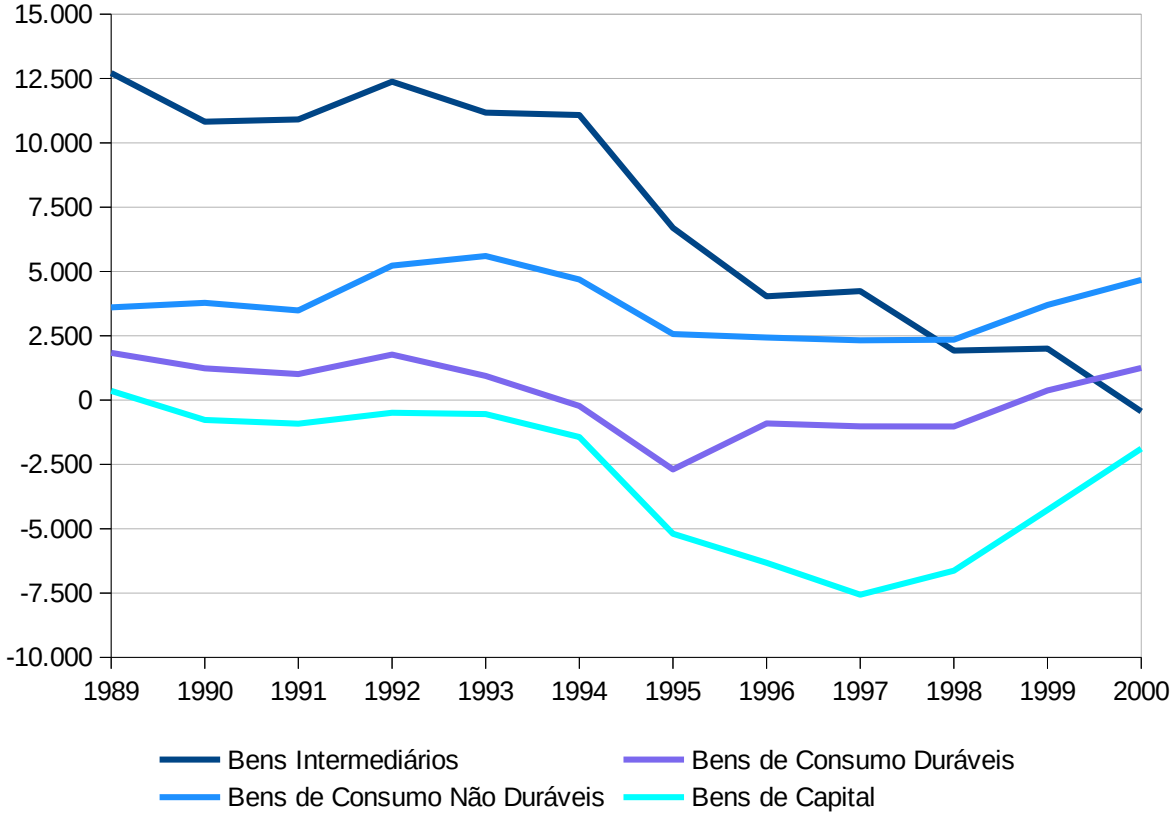
Gráfico 5 – Saldo do Comércio Exterior de Bens Intermediários (BI), da Balança Comercial (BC) e do Balanço de Transações Correntes (BTC): 1989-2000 (US$ milhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Funcex e do FMI

O gráfico 6 também demonstra a contribuição positiva do setor de bens intermediários para a balança comercial na medida em que teve participação significativa para os superavits comerciais da primeira metade da década em contrapartida com as outras categorias de uso, contrastando especialmente com o setor de bens de capital, que apresentou deficits seguidos de 1990 a 2000. Este desempenho entretanto, foi continuamente decaindo ao avançar da década, sustentando cada vez menos a balança comercial a partir de 1994. Ademais, é possível afirmar que deste ano em diante a reversão do saldo comercial brasileiro deve-se em grande medida às reduções de superavit do setor de bens intermediários uma vez que a contribuição dos outros setores não foi suficiente para cobrir as reduções do saldo comercial deste setor.

Gráfico 6 – Saldo Comercial da Indústria por Categorias de Uso: 1989-2000 (US$ milhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Funcex

Mais um indicador de desempenho do setor com relação ao comércio exterior é o IVCR, que já foi conceituado anteriormente. A tabela 8 a seguir mostra a evolução deste índice para o setor de bens intermediários:

Tabela 8 – IVCR do Setor de Bens Intermediários: 1989-2000

1989	*1990*	*1991*	*1992*	*1993*	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1998*	*1999*	*2000*
1,65	1,73	1,88	1,76	1,72	1,61	1,67	1,72	1,59	1,53	1,62	1,63

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da WITS

O setor de bens intermediários apresentou um IVCR sempre maior que 1 durante todo o período, o que mostra que manteve vantagem comparativa revelada significativa no comércio mundial, pressupondo-se desta forma que o esforço exportador era elevado neste setor da indústria, além de possuir características intrínsecas aos setores que possuem competitividade externa. De 1989 a 1991,

período de execução da reforma tarifária às importações, houve um célere crescimento deste indicador, tendo sofrido, entretanto, contínuas reduções ao longo de todo o período subsequente, de 1992 a 1998, período em que ocorreram de forma mais intensa os impactos da abertura, havendo uma recuperação nos dois últimos anos analisados. Com isto se conclui que, apesar da manutenção do bom desempenho, é importante destacar que não houve mudança de patamar em termos de competitividade comercial, na medida em que o IVCR de 2000 manteve-se praticamente igual ao registrado em 1989.

Para avaliar a abertura comercial efetiva do setor, cabe analisar os coeficientes de penetração das importações (importações/consumo aparente[8]), na tabela 9, de importações (importações/produção), na tabela 10 e de abertura (exportações/produção), na tabela 11, em que é posta em perspectiva a produção doméstica com relação ao comércio exterior de bens intermediários. A tabela 9 a seguir evidencia um crescimento de 372,7% no coeficiente de penetração das importações de bens intermediários do período.

Tabela 9 – Coeficiente de Penetração da Indústria por Categorias de Uso: 1989-1998 (%)

Categoria de Uso	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Bens de Consumo Não-Duráveis	2,6	3	4	3,4	3,7	4,4	7,2	7	7,9	8,1
Bens de Consumo Duráveis	7,8	9,2	12,9	10,9	11,6	12,3	16,7	18,5	24,9	30,3
Bens Intermediários Elaborados	5,2	6,4	8,6	8,8	10,1	12,2	16,9	17,8	19,7	20,8
Bens Intermediários	2,2	2,9	4,8	5,5	8,8	7,5	10,3	11,4	12,2	10,4
Bens de Capital	11,4	17,7	28,1	23,7	23,8	28	39	46,9	54,8	57
Bens de Capital, Equip. de Transporte	2,1	3,2	6,3	6,7	9	11,6	14,9	12,9	16,5	22,6

Fonte: Moreira e Correa (1999)

A participação das importações sobre a produção doméstica de bens intermediários seguiu a mesma tendência de crescimento quando comparada ao consumo aparente, isto é, de 400% em contraste, por exemplo, com o setor de bens

8 O consumo aparente (CA) é um indicador da demanda interna de um bem, setor ou de toda a economia, que é representado pela produção doméstica (Y) acrescida das importações (M) e diminuída das exportações (X), isto é, CA = Y + (M - X)

de capital, que de acordo com Moreira e Correa (1999), em 1998 já se importava mais destes bens do que era produzido internamente.

Tabela 10 – Coeficiente de Importação da Indústria por Categorias de Uso: 1989-1998 (%)

Categoria de Uso	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Bens de Consumo Não-Duráveis	2,5	2,8	3,8	3,1	3,4	4,2	7	6,7	7,7	7,9
Bens de Consumo Duráveis	7,4	8,9	12,3	10,1	11,2	12,2	17,5	19,5	26,6	29,3
Bens Intermediários Elaborados	4,9	6,1	8	8,1	9,6	11,8	16,9	18	20,4	21,9
Bens Intermediários	2,1	2,7	4,6	5,3	8,6	7,1	10	11,5	12,5	10,5
Bens de Capital	11,9	19,8	33,3	26,8	27,2	33,2	54	71,5	94	100,3
Bens de Capital, Equip. de Transporte	1,9	3	5,6	5,9	8,4	11,4	15,8	13,2	17	23,2

Fonte: Moreira e Correa (1999)

Com relação ao coeficiente de abertura, dado pela proporção da produção que é exportada, os bens intermediários aparecem, junto com os bens não-duráveis, como o setor da indústria com menor crescimento no período analisado, em contraste com todos os outros setores. É interessante notar o crescimento deste coeficiente no período que se estende de 1989 a 1995, seguido de uma trajetória de declínio a partir deste ano.

Tabela 11 – Coeficiente de Abertura da Indústria por Categorias de Uso: 1989-1998 (%)

Categoria de Uso	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Bens de Consumo Não-Duráveis	6,9	7,9	9,1	10,4	10,2	9,2	10,3	10,4	10,2	10,7
Bens de Consumo Duráveis	12,6	12,7	16,6	17,7	14,8	13,2	12,4	14,3	19,8	32,7
Bens Intermediários Elaborados	10,1	10,9	14,9	15,9	14,7	15,1	16,8	16,9	16,6	16,5
Bens Intermediários	7	7,6	8,5	10	10,6	11,8	12,5	10,6	10,4	10,1
Bens de Capital	7,7	7,9	14,7	13,6	13,1	14,5	15,3	18,9	22,6	24,2
Bens de Capital, Equip. de Transporte	10,5	10,8	15,7	17,1	14,4	12,5	9,6	11,1	14,3	20,4

Fonte: Moreira e Correa (1999)

Uma questão relevante quanto à trajetória destes coeficientes é o fato de coincidir com a do saldo comercial do setor. Em 1989, os coeficientes de importação

estavam em torno dos 2%, enquanto o coeficiente de abertura apresentava uma taxa de 7%, ou seja, o setor de bens intermediários tinha um elevado grau de especialização nas exportações antes do período de reformas. Ao longo da década, entretanto, esta especialização foi gradualmente regredindo, na medida em que os coeficientes de importação foram se elevando em proporção maior que o coeficiente de abertura, atingindo patamares similares em 2000, em que ambos estavam na faixa dos 10%, o que se refletiu no saldo do comercial do setor, que apresentou neste ano o único deficit registrado em todo o período.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho permitiu a análise do histórico de evolução do setor de bens intermediários brasileiro, assim como do processo de reformas neoliberais implementadas no país, sobretudo da abertura comercial e seus impactos sobre a produtividade e o comércio exterior do setor industrial de bens intermediários. Observou-se que a abertura comercial brasileira foi realizada de forma célere e pouco planejada, o que resultou em desequilíbrio externo e fraco crescimento da produção industrial, assim como na década de 1980.

Por outro lado, as mudanças na política econômica, especialmente o ajuste exportador realizado na década anterior, permitiram resolver a questão da inflação, principal problema macroeconômico que afetou o país por praticamente uma década. A abertura do mercado doméstico à concorrência estrangeira de forma desordenada fez com que houvesse uma reestruturação produtiva no setor de bens intermediários, assim como em toda a indústria do país, após um período de profunda recessão econômica, que proporcionou maior competitividade da indústria brasileira às custas do equilíbrio externo.

Este processo afetou, internamente, a produção de bens intermediários do país que apresentou certa melhora, além de haver reduzido os preços de importação, tendo contudo reduzido seus preços de exportação, fato que resultou em um crescimento da penetração das importações muito maior do que o crescimento das exportações, gerando superavits cada vez menores ao decorrer da década e, além disso, elevou-se a presença de empresas multinacionais no país, assim como a falência de uma grande quantidade de empresas brasileiras.

Apesar disto, a abertura permitiu um aumento na especialização comercial do setor em comparação com o resto do mundo, o que evidencia um maior esforço exportador em contraste com as vendas para o próprio mercado interno além de elevação nos termos de troca, o que barateou as importações ante o preço das

exportações. Este resultado positivo, entretanto, não compensou a enorme elevação do volume importado com relação ao volume exportado, o que corroeu o saldo comercial positivo que o setor vinha experimentando deste a década anterior, o que levou a balança comercial como um todo a um desempenho deficitário, uma vez que os bens intermediários constituíam a categoria que mais contribuía positivamente para esta.

De modo geral, o desempenho do setor em termos de competitividade não atendeu às expectativas, uma vez que seu índice de vantagem comparativa revelada, apesar de haver crescido nos primeiros anos da década, teve uma reversão desta trajetória, terminando a década de 1990 em um patamar similar ao que se encontrava no início da década, indicando, portanto, que após a implementação das reformas o setor não teve aumentada sua participação no comércio mundial. Em termos de produtividade, o desempenho do setor cresceu, porém ficou aquém do crescimento do produto.

Portanto, tendo em vista todo o processo descrito neste trabalho, o Brasil buscou desenvolver seu setor de bens intermediários por meio do investimento estrangeiro em vez de financiamentos estatais, e do aumento de produtividade, sem haver obtido o êxito esperado.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Isabela Tréz. Privatizações no Brasil: influências e reais resultados. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 14.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 15., 2021, Varginha: ABPHE, 2021.

BALASSA, Bela. Tariff protection in industrial countries: an evaluation. Journal of Political Economy, v. 73, n. 6, p. 573-594, 1965.

BANCO CENTRAL. Sistema Gerenciador de Séries Temporais – v2.1. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em 05 de fev. de 2023.

BANCO MUNDIAL. World Integrated Trade Solution – WITS. Disponível em: <http://wits.worldbank.org/WITS/WITS/Default-A.aspx?Page=Default>. Acesso em 05 de fev. de 2023.

BAUMANN, Renato. Brasil: uma década em transição. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Cepal, 2000.

BIONDI, A. O Brasil privatizado: um panorama do desmantelamento do Estado. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

BLANCO, Raquel González. Diferentes teorías del comercio internacional. Ice, revista de economía, n. 858, 2011.

BRITTO, Gustavo. Abertura comercial e reestruturação industrial no Brasil: um estudo dos coeficientes de comércio. Campinas: Unicamp, 2002.

BRUE, Stanley L.; GRANT, Randy R. História do pensamento econômico. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, Cesar Roberto Leite da. Economia internacional. 5ª ed. Saraiva Uni, 2017.

CASSANO, Francisco Américo. A teoria econômica e o comércio internacional. Pesquisa & Debate, v. 13, n. 1 (21), 2002.

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite. KUME, Honorio. A abertura comercial brasileira nos anos 1990: impactos sobre emprego e salário. 2003.

COUTINHO, Eduardo Senra et al. De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior. REGE Revista de Gestão, v. 12, n. 4, p. 101-113, 2005.

DUARTE, A. O. O desempenho do setor de bens de capital no Brasil nos anos 90: os impactos da política econômica e as implicações para o desenvolvimento. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Economia. UFRJ, 2001.

FMI. IMF Data – Balance of Payments and Internacional Investment Position Statistics (BOP/IIP). Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=7a51304b-6426-40c0-83dd-ca473ca1fd52&sid=1542635306163>. Acesso em 05 de fev. de 2023.

FREITAS, Maria Cristina Penido; PRATES, Daniela Magalhães. Abertura financeira na América Latina: as experiências da Argentina, Brasil e México. Economia e Sociedade, v. 7, n. 2, p. 173-198, 1998.

FUNCEX. FuncexData. Disponível em: <https://www.funcexdata.com.br/>. Acesso em 05 de fev. de 2023.

GIAMBIAGI, Fabio et al. Economia Brasileira Contemporânea. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita. A economia brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e Desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra,

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da economia brasileira. Texto para discussão, 1995.

GREMAUD, A. P. VASCONCELLOS, M. A. S. TONETO JUNIOR, R. Economia Brasileira Contemporânea. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HARTWIG, Jochen. Testing the Baumol–Nordhaus model with EU KLEMS data. Review of Income and Wealth, v. 57, n. 3, p. 471-489, 2011.

HUGON, Paul. 1973. Historia das Doutrinas Econômicas. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 1980.

JONES, Ronald W.; NEARY, J. Peter. The positive theory of international trade. University College Dublin. School of Economics, 1982.

KRUGMAN, Paul R. Increasing returns, monopolistic competition, and international trade. Journal of international Economics, v. 9, n. 4, p. 469-479, 1979.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. Economia internacional. 10ª ed. Pearson, 2015.

KUME, Honório. A política de importação no Plano Real e a estrutura de proteção efetiva. Ipea, 1996.

LEONTIEF, Wassily. Domestic production and foreign trade; the American capital position re-examined. Proceedings of the American philosophical Society, v. 97, n. 4, p. 332-349, 1953.

LINDER, Staffan Burenstam. An essay on trade and transformation. Stockholm: Almqvist & Wiksell, 1961.

LIST, Friedrich. Outlines of American Political Economy (1827). In: HIRST, Margaret E. Life of Friedrich List and Selections from his Writings. London: Smith, Elder & Co., 1909. p. 147-272.

LIST, Friedrich. Sistema Nacional de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MANOLESCU, Friedhilde Maria Kustner. A teoria pura do comércio internacional: evolução e problemas. Bahia, 1970.

MARKUSEN, Ann; HOWES, C.; SINGH, A. Can technology policy serve as industrial policy?. Competitiveness Matters: Industry and Economic Performance in the US, p. 127-144, 2000.

MARKWALD, Ricardo A. O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira: balanço de uma década. Revista Brasileira de Comércio Exterior, v. 68, n. 3, p. 7-36, 2001.

MILL, J. S. Princípios de Economia Política – Com Algumas de suas Aplicações à Filosofia Social. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MILL, John Stuart. Princípios de Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MOREIRA, Maurício Mesquita. A indústria brasileira nos anos 90: o que já se pode dizer? In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org); ALÉM, Ana Cláudia et al. A economia brasileira nos anos 90. 1. ed. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999. p. [293]-332.

MOREIRA, Uallace. Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. Revista de Economia Política, v. 32, p. 213-228, 2012.

MOURÃO, Gustavo Nunes. A abertura comercial e financeira e seus efeitos sobre a inserção externa da indústria de transformação brasileira: uma avaliação. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

OLIVEIRA, Flávio Santos. Friedrich List: livre comércio e protecionismo na integração econômica dos estados alemães. Economia e Sociedade, v. 31, p. 289-310, 2022.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Livre Comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional. Revista Urutágua, v. 11, p. 1-18, 2007.

PACCOLA, Marco Antonio Bestetti. Política econômica e trajetória da indústria no Brasil: Das origens à crise atual. Marília: UNESP, 2014.

PAINCEIRA, Juan Pablo; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Abertura financeira e vulnerabilidade externa na América Latina: os impactos sobre Brasil, México e Argentina. IE/UFRJ. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2002.

PORTER, Michael E. Competição: Estratégias Competitivas Essenciais. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, p. 167-208, 1999.

PORTER, Michael E. From competitive advantage to corporate strategy. Macmillan Education UK, 1989.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: Estudio económico de la América Latina, 1948. 1949

RAMOS, Joseph. “Un balance de las reformas estructurales neoliberales en América Latina”. Revista de la Cepal nº 62. agosto de 1997.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ROWTHORN, Robert; RAMASWAMY, Ramana. Growth, trade, and deindustrialization. IMF Staff papers, v. 46, n. 1, p. 18-41, 1999.

SCHNEIDER, Aline Botelho et al. Estratégia competitiva: Michael Porter 30 anos depois. Revista de Administração da UFSM, v. 2, n. 2, p. 298-326, 2009.

SILVA, José Alderir da; LOURENÇO, André Luís Cabral de. Teorias do Comércio Internacional, Estrutura Produtiva e Crescimento Econômico. Revista Economia Ensaios, v. 32, n. 1, 2017.

SMITH, Adam; CANNAN, Edwin. An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations... Edited, with an Introduction, Notes, Marginal Summary and an Enlarged Index by E. Cannan. London, 1904.

ULHÔA, Wander Marcondes Moreira. Abertura comercial e exportações das macro-regiões brasileiras nos anos 90. 2003. Tese de Doutorado. [sn].

VERNON, Raymond. The economic and political consequences of multinational enterprise: an anthology. (No Title), 1972.